

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**MULHERES E OUTRAS DROGAS: OS EFEITOS DO PROIBICIONISMO NAS  
PRISÕES FEMININAS**

CURITIBA

2015

JULIANA DE OLIVEIRA HORST

**MULHERES E OUTRAS DROGAS: OS EFEITOS DO PROIBICIONISMO NAS  
PRISÕES FEMININAS**

Monografia apresentada ao curso de Direito da  
Universidade Federal do Paraná como requisito  
parcial para a conclusão da graduação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. **Priscilla Plachá Sá**.

CURITIBA

2015

## TERMO DE APROVAÇÃO

JULIANA DE OLIVEIRA HORST

### **MULHERES E OUTRAS DROGAS: OS EFEITOS DO PROIBICIONISMO NAS PRISÕES FEMININAS**

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção de Graduação no Curso de Direito, da Faculdade de Direito, Setor de Ciências jurídicas da Universidade Federal do Paraná, pela seguinte banca examinadora:

---

*PRISCILLA PLACHÁ SÁ*  
Orientadora

---

Coorientador

---

*KATIE SILENE CÁCERES ARGÜELLO*  
Primeiro Membro

---

*RENATA CESCHIN MELFI DE MACEDO*  
Segundo Membro

*Às mulheres que passaram pela minha vida,  
deixando um pouco delas,  
levando um pouco de mim.*

CECÍLIA MEIRELES – PRISÃO

*Nesta cidade quatro mulheres estão no cárcere.*

*Apenas quatro.*

*Uma na cela que dá para o rio,  
outra na cela que dá para o monte,  
outra na cela que dá para a igreja  
e a última na do cemitério  
ali embaixo.*

*Apenas quatro.*

*Quarenta mulheres noutra cidade,  
quarenta, ao menos,  
estão no cárcere.*

*Dez voltadas para as espumas,  
dez para a lua movediça,  
dez para pedras sem resposta,  
dez para espelhos enganosos.*

*Em celas de ar, de água, de vidro  
estão presas quarenta mulheres,  
quarenta ao menos, naquela cidade.*

*Quatrocentas mulheres  
quatrocentas, digo, estão presas:  
cem por ódio, cem por amor,  
cem por orgulho, cem por desprezo  
em celas de ferro, em celas de fogo,  
em celas sem ferro nem fogo, somente  
de dor e silêncio,*

*quatrocentas mulheres, numa outra cidade,  
quatrocentas, digo, estão presas.*

*Quatro mil mulheres, no cárcere,  
e quatro milhões – e já nem sei a conta,*

*em cidades que não se dizem,  
em lugares que ninguém sabe,  
estão presas, estão para sempre  
- sem janela e sem esperança,  
umas voltadas para o presente,*

*outras para o passado, e as outras  
para o futuro, e o resto – o resto,  
sem futuro, passado ou presente,*

*presas em prisão giratória,  
presas em delírio, na sombra,  
presas por outros e por si mesmas,  
tão presas que ninguém as solta,*

*e nem o rubro galo do sol  
nem a andorinha azul da lua  
podem levar qualquer recado  
à prisão por onde as mulheres  
se convertem em sal e muro.*

## AGRADECIMENTOS

É sempre uma tarefa difícil essa de agradecer, já que tantas foram as personagens que contribuíram para que o enredo, o clímax e o desfecho acontecessem tal como foram. Não fossem elas, muitas outras histórias poderiam ter sido, mas certamente não seria essa. Minha história também é (felizmente) um pouquinho da história desses amores que aqui agradecerei.

Com todo o amor do mundo agradeço minha mãe, Salete, e meu pai, Noel, não só por tornarem esse trabalho (e toda a minha vida) possível, mas por fazerem de mim quem sou hoje. Por me estimularem, acreditarem no meu potencial, por terem me criado para ser uma mulher forte e cheia de ideais e, acima de tudo, por respeitarem os sonhos que elegi para mim, amo muito vocês! Ao meu irmão, Lucas, por ter me ensinado e feito brotar em mim o sentimento do amor fraterno e da importância do cuidado com o outro, foi com você que aprendi que a vida só é boa quando compartilhada. A sua vinda ao mundo dá mais sentido à minha vida, te amo! À minha cachorrinha Naomi, por ter me ensinado uma nova forma de amar verdadeiramente. Ao meu querido Allan, por todos os ensinamentos, recíprocos, sobre o (não) direito e o amor. Juntos aprendemos – e continuamos aprendendo – que o amor bom é aquele que liberta a alma, os sonhos e o coração. Que nossa história seja grande o suficiente para uma trilogia!

Às minhas avós Jacira e Hedwig que há muito tempo se foram, mas que tornaram toda essa narrativa mais bonita, tenho muito orgulho de carregar um pouquinho das senhoras em mim. À minha madrinha Janete e minha tia Odete, que mesmo longe sempre se fazem presentes em minha vida, obrigada por tudo! À minha prima Fernanda, minha primeira melhor amiga e insubstituível em meu coração.

Às minhas amigas mais antigas Angela Eyng, Paola da Luz, Ingrid Thiel, Thais Minosso e Beatriz Lobo. Em especial à Thais Stutz, por ser minha irmã de alma, dividindo as felicidades, as angústias, as contas de luz, os sonhos; meu amor por você não caberia nessas páginas. Também à minha irmã de coração, Kahena Nantes, que, mesmo diante dos meus sumiços nesse ano atribulado, aparecia com palavras de carinho e conforto, você não melhorou apenas alguns dos meus dias, melhorou minha vida. Meninas, cada uma de vocês, com suas singularidades, é imprescindível para mim, eu as amo muito! Ainda, quero agradecer duas pessoas que me mostraram que boas

amizades podem surgir de repente e permanecer em nossas vidas, Gislaine Batista e Raphaela Lorite, vocês foram doces surpresas. Obrigada por aparecerem com apoio e carinho em alguns dos momentos que mais precisei.

Aos três grandes amigos que a UFPR me deu, Marwan Maltaca, Guilherme Nunes e Maurício Serenato, vocês tornaram as minhas manhãs mais leves e felizes. Sem dúvida, quando olhar para os anos de faculdade com os olhos da saudade, lá estarão vocês. Às minhas amadas Priscilla Bartolomeu, Mariana Santos e Mônica Miranda, obrigada pela amizade que construímos e que continuaremos a construir, vocês são o grande presente da faculdade para mim!

Agradeço também ao PAR, coletivo que me transformou completamente desde o primeiro dia, me fazendo não só questionar e refletir sobre a realidade, mas, principalmente, por me impulsionar a transformá-la. Serei eternamente grata aos amigos e amigas que fiz lá dentro, em especial, Priscila Villani, Emanuel Negrão, Débora Pradella, Larissa Rahmeier, Bruna Metzger, Karolyne Mendes, Emanuella Ribeiro, Ana Milani, Maurício Rezende, Roger Franco, Daniel Fauth, Ana Flávia e Ana Follmann. Existe em mim um pouco (ou muito) de cada um(a) de vocês!

Ao projeto Mulheres pelas Mulheres, maior responsável pela concretização desse trabalho. Tenho muito orgulho em fazer parte de um grupo tão comprometido e sensível quanto este, que se propõe, respeitando o protagonismo das mulheres encarceradas, a refletir e buscar transformar suas tristes realidades. Agradeço principalmente à Fernanda Macedo, Priscilla Delaporte e Inaiê Bendlin, por dividirem comigo a caneta do meu primeiro artigo publicado, e à Heloisa Simões pelo comprometimento com o projeto e pela companhia essencial que me fez durante este ano.

Por fim, não poderia deixar de agradecer às duas mulheres que foram essenciais para que minha caminhada pelos corredores do prédio histórico tivesse um final feliz. À professora Melina Girardi Fachin que já no segundo ano de faculdade marcou-me profundamente, mostrando que, mesmo exercendo o papel de aluna, eu também poderia ensinar e que, futuramente, como professora deveria estar sempre aberta a aprender; essa é a verdadeira beleza da docência. À professora Priscilla Plachá Sá, minha orientadora e amiga, por fazer despertar em mim não só o interesse pela criminologia e pelo direito penal, mas também por sensibilizar-me diante de questões cruciais de nossa sociedade tão punitivista, tornando-me, acredito, uma pessoa um pouco melhor. Ainda,

por colocar-se na luta ao lado de suas alunas com vistas a transformar aquilo que está posto. Palavras seriam insuficientes para demonstrar a importância sem igual que ambas possuíram em minha formação como pessoa e futura profissional. Muito obrigada!



**RESUMO:** O presente trabalho propõe-se a refletir sobre a situação das mulheres encarceradas, pensando desde como a forma de produção do conhecimento influi e é influenciada pelos estereótipos de gênero até à maneira como os mecanismos de justiça criminal se apropriam dessas imagens para a manutenção de uma lógica sexista. O objetivo será perceber como o aprisionamento de mulheres é só mais uma das violências às quais elas estão submetidas e é, justamente, a política criminal de guerras às drogas a responsável por promover um elo entre o emaranhado de opressões do feminino aprisionado.

**PALAVRAS-CHAVE:** Criminologia feminista, guerra às drogas, mulheres, prisão, política criminal.

## SUMÁRIO

<b>O feminismo em tempos de cólera .....</b>	<b>1</b>
<b>Epistemologias .....</b>	<b>5</b>
1.1 Epistemologias Feministas: <i>um novo olhar sobre a produção do conhecimento</i> .....	6
1.2 Quem são as mulheres para a criminologia? .....	11
1.3 Criminologia Crítica e Criminologia Feminista: <i>uma união necessária</i> .....	18
<b>Guerra às/aos pobres.....</b>	<b>25</b>
2.1 Geopolítica da droga: <i>o que há por detrás do proibicionismo</i> .....	26
2.2 Economia da droga: <i>quando a legalidade e a ilegalidade andam lado a lado</i> .....	33
2.3 O inimigo da sociedade: <i>quem são as pessoas encontradas atrás das grades</i> .....	39
<b>A duras penas .....</b>	<b>47</b>
3.1 Mulher e traficante: <i>quem são elas?</i> .....	48
3.1.1 Divisão Sexual do Trabalho.....	49
3.1.2 A pobreza.....	53
3.1.3 Aplicação da pena.....	55
3.2 Criminosas (não) amam .....	57
3.2.1 Maternidade.....	58
3.2.2 Visitas.....	60
3.3 De homem para homem: <i>prisão</i> .....	62
3.3.1 Estrutura.....	63
3.3.2 Saúde e higiene pessoal.....	64
 Considerações finais .....	 67
Anexos.....	71
Referências Bibliográficas .....	74

## INTRODUÇÃO

### O FEMINISMO EM TEMPOS DE CÓLERA

*Feminismo é a ideia radical  
de que as mulheres são pessoas.*

Em tempos de cólera como este que vivemos em que os únicos serviços públicos em expansão são aqueles ligados ao sistema penal, é urgente que paremos para refletir sobre os rumos tomados. Diante do senso comum do capitalismo, sob o véu de uma ideologia neoliberal, a criminalidade violenta de rua é encarada como a grande fonte de insegurança coletiva individual. O medo, alimentado por jornais, rádios e discursos políticos, desponta como a mola propulsora da demanda por mais segurança pública, hipertrofiando as agências policiais e prisionais. É justamente nesse momento do encontro do medo e da demanda punitiva das elites contra os pobres, com vistas à proteção de seus corpos e, principalmente, de seus patrimônios, que se reforça a secular seletividade penal classista e estigmatizante<sup>1</sup>.

Não há dúvidas de que a criminalização das drogas foi e ainda é um dos principais mecanismos no qual se apoia a expansão da segurança pública e que tem como finalidade realizar uma limpeza social, retirando de circulação aquelas pessoas que estão à margem da sociedade de consumo, excluídas do mercado formal de trabalho e atingidas por toda a sorte de vulnerabilidades.

É nesse campo que se exacerba o maniqueísmo criminal, o fortalecimento de um *nós* contra o *outro* (...), e a radical relação de exterioridade que os “cidadãos de bem” mantêm para com a problemática criminal, então fortemente moralizada<sup>2</sup>.

A edificação da criminalidade se mantém centrada na ilegalidade dos bens e dos corpos (dos corpos diferentes e excluídos), que leva as mulheres transportadoras de

---

<sup>1</sup> ANDRADE. Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p.164.

<sup>2</sup> Idem, p. 166.

drogas a parir seus filhos dentro da prisão<sup>3</sup>. A nova clientela da prisão, que se expande de maneira assustadora ano após anos, é formada por elas: mulheres, mães, negras e pobres, acusadas ou condenadas por tráfico de drogas.

Chegamos, então, ao objetivo deste trabalho; em um primeiro momento se buscará desconstruir a ideia da neutralidade positivista na produção do conhecimento, apontando que a neutralidade sempre esteve ligada à noção masculina de universalidade. Isso quer dizer que o sujeito abstrato teorizado é, em verdade, um reflexo do grupo dominante da sociedade ocidental, formado por homens, brancos e proprietários. A exclusão das mulheres do ponto de vista da criação do saber gerou diversos impactos, dentre eles a quase inexistente reflexão das ciências criminais – em especial da criminologia – acerca do feminino. Nesse campo, as escassas formulações com relação às mulheres, desde tempos antigos até os dias de hoje, geralmente, se limitam a repetir noções religiosas, atávicas e de senso comum, em que as mulheres são retratadas ora como passivas, submissas e dóceis (Marias), ora como traiçoeiras, dissimuladas, maliciosas (Evas).

Assim, é necessário que se desenvolva, a partir de uma Criminologia Feminista, uma epistemologia capaz compreender os papéis que as mulheres exercem dentro das áreas abrangidas pelas ciências criminais, capaz de ultrapassar os estigmas androcêntricos e de dar novas e mais consistentes respostas. Porém, para compreender a participação delas no mercado ilegal de drogas, a Criminologia Feminista se mostra insuficiente, sendo preciso aliá-la à Criminologia Crítica, pois por detrás do aprisionamento de mulheres há, também, o aprisionamento de uma classe específica, aquela tolhida – para utilizar um termo clássico, porém parco em uma sociedade que tanto se transformou – dos meios de produção.

O segundo aspecto a ser trabalhado, então, será analisar os discursos e interesses que estão imbricados por detrás da criminalização das drogas. A partir de Massimo Pavarini, ao apontar que a criminologia não tem um sentido em si mesma<sup>4</sup>, mas é impregnada de valores, aspirações, necessidades da época e da classe que detém o discurso sobre ela, se compreende não só tudo o que já foi desenvolvido em seu nome, mas também aquilo que virá a ser.

---

<sup>3</sup> Ibidem.

<sup>4</sup> PAVARINI, Massimo. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.

A criminologia como racionalidade positiva é uma resposta política às necessidades de ordem que vão mudando no processo de acumulação de capital. Para compreender o seu léxico, seu vocabulário, e sua linguagem temos que ter a compreensão da demanda por ordem<sup>5</sup>.

Com o desenvolvimento de discursos criminológicos criminalizadores que atendem os interesses da classe dominante, também, é necessária a elaboração de mecanismos e técnicas de poder e controle para combater essa nova criminalidade: a política criminal atenderá essas demandas. Sendo assim, aliada à criminologia, a política criminal também se desenvolve e se adapta às estratégias de poder vigentes e ambas surgem como um alicerce de racionalização, como um saber/poder a serviço da acumulação de capital<sup>6</sup>. O conhecimento criminológico é, assim, traduzido em um conjunto de medidas ao que se chama de política criminal e que, como o próprio nome aponta, é uma “política”, fundamentalmente valorativa, dependente das ideologias políticas e penais, razão pela qual não faria qualquer sentido demandar uma postura imparcial por parte do/a estudioso/a<sup>7</sup>.

A exploração de maneira mais profunda dos interesses dominantes em nossa sociedade nos permitirá abordar como é encarada a questão das drogas no Brasil. Sendo possível afirmar que o recrudescimento do combate às drogas encontra justificativas históricas, econômicas e geográficas, que vão para além do “dogma da ilicitude ontológica da droga”<sup>8</sup>. Mostra-se essencial superar o senso comum e os estereótipos dele advindos, para compreender a recorrente situação de vulnerabilidade social a qual se encontra grande parte das pessoas que trabalham com a venda de drogas. Além disso, a partir da ideologia de diferenciação será possível perceber como dois discursos coexistem no âmbito dos entorpecentes, um paradigma médico destinado às pessoas de classe média e alta e um paradigma criminal apontado para a camada pobre e marginalizada.

---

<sup>5</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. No.2, julho/dezembro 2009, p. 23.

<sup>6</sup> Idem.

<sup>7</sup> FREITAS, Ricardo de Brito A. P. “O estatuto teórico da Política Criminal”. In: FOPPEL, Gamil (coord.). *Novos desafios do direito penal no terceiro milênio: estudos em homenagem ao Prof. Fernando Santana*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 801-822, p. 819.

<sup>8</sup> BATISTA, Nilo. Política criminal com derramamento de sangue. In.: *Revista Brasileira de Ciências Criminais*. Nº 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

Em um último momento, então, a produção de conhecimento neutro, os discursos sexistas, a política higienista de criminalização das drogas, se encontrarão para compreendermos como se articulam na temática específica do aprisionamento de mulheres por tráfico de drogas. Essa exposição virá em três frentes, em um primeiro ponto se analisará as questões de gênero e classe que marcam a entrada da mulher no mercado de drogas ilícitas, no segundo o rompimento dos laços e afetos quando da prisão e no terceiro o sexismo institucional que emerge das penitenciárias femininas.

Por fim, o desenvolvimento desse trabalho se dará a partir de uma epistemologia feminista, distinta da dominante, ou seja, não só com base em artigos e livros científicos, mas também valorizando o conhecimento advindo de testemunhos pessoais, textos literários e poesia, notícias e reportagens, etc. Pois, é justamente não perdendo de vista a importância de experiências particulares – que desembocam em fenômenos coletivos – que o conhecimento feminista pôde se opor aos esquemas abstratos e excludentes do positivismo masculinamente universalizante.

## CAPÍTULO I

### EPISTEMOLOGIAS

*A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.*

PIERRE BOURDIEU – Dominação Masculina

Durante muitos séculos, principalmente a partir dos pressupostos elaborados pelos ideais positivistas do final do século XVIII, foi construído o castelo de areia da neutralidade científica. A partir dela, se defende a necessidade da produção de uma “ciência jurídica” afastada dos domínios das ponderações sociais, onde o/a observador/a deveria afastar-se completamente de seu objeto para analisá-lo sem qualquer interferência dos valores vigentes na sociedade a qual tal objeto encontra-se imerso.

Porém, como traz a filósofa feminista, Susan Bordo, tais concepções de racionalidade e objetividade, características essenciais da suposta neutralidade científica, foram desenvolvidas em associação à ideia de masculinidade. Assim, a epistemologia dominante, durante o desenvolvimento do positivismo (antes dele e também depois), possui marcas de gênero significativas<sup>9</sup>.

Na mesma toada, Pierre Bourdieu, aponta que o olhar não se constitui em um poder universal e abstrato de objetivação, ele é um poder simbólico cujos resultados (aquilo que se enxerga) dependerão da posição relativa não só daquele/a que percebe, mas também daquela/e que é percebida/o<sup>10</sup>.

Nesse sentido, o que será analisado nesse capítulo são algumas das consequências do desenvolvimento no campo das ciências penais, em especial da criminologia, de uma pesquisa científica idealmente imparcial, mas que está completamente impregnada por uma ideologia sexista, de silenciamento feminino. Além disso, será discutida a relação existente entre o patriarcado e a ideologia capitalista, para

---

<sup>9</sup> BORDO, Susan. *The flight to objectivity: essays on cartesianism and culture*. Albany, Suny, 1990.

<sup>10</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2 ed., 2014, p. 94.

que se comece a entender, de maneira ampla, quais os fatores que concorrem para a realidade das mulheres encarceradas, hoje, no Brasil

### 1.1 Epistemologias Feministas: *um novo olhar sobre a produção do conhecimento*

*Sempre fomos o que os homens disseram que nós éramos.*

*Agora somos nós que vamos dizer o que somos.*

LYGIA FAGUNDES TELLES – A Disciplina do Amor

Os estudos de matriz feminista, desde suas origens, se apresentam como uma forma de oposição à tradição científico-positivista que procura estabelecer uma verdade absoluta “a partir de uma concepção de ciência marcada, de um lado, pela neutralidade e, de outro, por uma metodologia imune às influências sociais”<sup>11</sup>.

Os debates sobre a supremacia masculina, nas sociedades contemporâneas, abriram portas para que se questionassem as categorias centrais por meio das quais era pensado o universo político, tais como as noções de indivíduo, espaço público, igualdade, democracia, etc<sup>12</sup>. O feminismo engrossou as águas de uma ampla crítica cultural, teórica, epistemológica em curso, ao lado de correntes da Psicanálise, da Hermenêutica, da Teoria Marxista, do Desconstrutivismo, etc., que buscavam atacar o caráter particular de categorias dominantes<sup>13</sup>. Ou seja, em maior ou em menor medida, as teorias feministas passaram a por em xeque as bases sobre quais se estabelecia a ideia do “sujeito de direito” que nada mais era (e ainda é) do que um reflexo da classe dominante, representada essencialmente por *homens*, brancos, ocidentais e proprietários.

De maneira inversa à da ciência tradicional, grande parte das correntes feministas rompe com a ideia de um sujeito universal e de uma verdade única. Exigindo, assim, que o conhecimento deva ser situado, bem como o sujeito que conhece, indicando as perspectivas particulares deste último<sup>14</sup>. Isso porque, aquilo que se conhece

<sup>11</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 84.

<sup>12</sup> MIGUEL, Luis Felipe. “O feminismo e a política”. MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. (org.) *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, p. 17.

<sup>13</sup> RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Departamento de História da Unicamp. Disponível em <http://goo.gl/QAmbb7>.

<sup>14</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2 ed., 2014, p. 94.



e a forma pela qual se conhece está intimamente ligada às perspectivas do/a conhecedor/a.

Simone de Beauvoir, filósofa existencialista, no livro *O Segundo Sexo* (1949), acabou por inaugurar diversas discussões acerca da importância do desenvolvimento de uma epistemologia feminista, ou seja, uma epistemologia distinta da dominante. Isso porque tal obra nos fornece fontes diversificadas de informação e conhecimento como testemunhos pessoais, textos literários, reportagens, etc. Assim, o conhecimento feminista começa a ser marcado pela valorização das experiências particulares, em oposição aos esquemas abstratos<sup>15</sup>. Na parte III do *Segundo Sexo* que é intitulado “Mitos”, Beauvoir descreve a partir da literatura e da poesia, por exemplo, como são as fantasias que os homens possuem sobre as mulheres. Ainda, merece ser apontada a ideia da mulher como *o outro*, trazida por Beauvoir. Para ela, a mulher foi colocada, ao longo de grande parte da história, no papel do *outro*, que vive às sombras do ser masculino, que é pleno e universal<sup>16</sup>. A mulher, portanto, não é um ser definida por si e para si, mas tem sua existência determinada sempre de maneira relacional, ou seja, em relação ao outro, ela é mãe, esposa, filha de alguém.

Cinquenta anos mais tarde, o sociólogo Pierre Bourdieu escreveu o livro *A Dominação Masculina*. Essa obra pode ser criticada com relação silenciamento que ela impõe à Simone de Beauvoir, já que utilizou diversos dos pressupostos por ela inicialmente desenvolvidos, porém sem que fossem prestadas as devidas referências. À ela dedicou apenas uma nota de rodapé apontando-a como vítima inconsciente da dominação simbólica exercida por Sartre<sup>17</sup>. Assim, “Bourdieu sancionou conscientemente e deliberadamente a mesma dominação simbólica que ele denunciou”<sup>18</sup>.

*A Dominação Masculina* pouco inova tendo-se em vista os trabalhos de Simone de Beauvoir, porém foi importante ao frisar como as formas de produção de conhecimento se relacionam com o silenciamento histórico de mulheres. Uma das principais contribuições dessa obra é o questionamento sobre como a ordem social

<sup>15</sup> MIGUEL, Luis Felipe. “O feminismo e a política”. MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. (org.) *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 26.

<sup>16</sup> BEAUVOIR, SIMONE. *The second sex*. Trad. Constance Borde e Sheila Malovany-Chevallier. Nova York: 2010 [escrito em 1949].

<sup>17</sup> BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Trad. Ruy Gomes Braga Neto. Campina: Unicamp, 2010, p. 132.

<sup>18</sup> Idem. P.133.

consegue se manter, de maneira até estável, mesmo com suas relações de dominação, privilégios e arbitrariedades. E, partir do que o autor chama de “paradoxo da *doxa*”, ele aponta a capacidade social de absorção e aceitação de situações de exploração como se elas fossem, de certa forma, admissíveis ou, até mesmo, naturais<sup>19</sup>. Dentre essas opressões tidas como naturais temos a supremacia do masculino sobre o feminino, que se baseia, primordialmente, em uma simbologia incrustada no inconsciente histórico coletivo. Pois, como ele aponta, a dominação masculina e o modo como ela é vivenciada, são resultantes do que ele chama de violência simbólica, violência suave, insensível e invisível a suas próprias vítimas, que se opera principalmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação e do conhecimento<sup>20</sup>.

Sendo assim, no centro da dominação masculina encontra-se a naturalização dos papéis, possibilitada pela inversão das causas e consequências. A divisão sexual do trabalho, por exemplo, aparenta ser resultado da existência de talentos diferenciados entre homens e mulheres. Porém, a desigualdade empregada na socialização de homens e mulheres é justamente o que produz os “talentos” discrepantes.

A permanência das mulheres em cenários “secundários” decorre de um *trabalho de eternização* desenvolvido, de maneira significativa, por diversas instituições, como a família, a Igreja e o Estado. Esse fenômeno explica e provoca a des-historização da visão androcêntrica, pois as estruturas de dominação são reproduzidas de maneira incessante pelas instituições, de modo que se empresta a errônea impressão de estarem desconectadas do contexto social<sup>21</sup>, reforçando ainda mais a ideia de naturalidade dos papéis atribuídos às mulheres. Daí a importância de se analisar quais os diferentes mecanismos utilizados, ao longo da história, para a manutenção da submissão das mulheres, principalmente com relação aos controles informais, que serão posteriormente analisados.

Nesse sentido, a partir do conhecimento produzido sob a égide de ideais patriarcais, veicula-se a ideia de que os papéis cumpridos pelas mulheres, que são em grande parte ligados aos trabalhos reprodutivos, domésticos, maternos, privados, possuem pressupostos naturais, ou seja, desvinculados dos contextos históricos.

---

<sup>19</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2 ed., 2014, p. 11.

<sup>20</sup> Idem, p. 11 e 12.

<sup>21</sup> Idem.

Imprescindível se faz apontar que já em 1405, Cristina de Pizán, uma das pouquíssimas mulheres filósofas – da qual temos notícia – da Idade Média, já defendia, em sua obra *La Ciudad de Las Damas*, que a suposta inferioridade feminina tinha causas eminentemente sociais. Isso, pois, as mulheres se limitavam às experiências domésticas, com poucas possibilidades de conhecerem o mundo<sup>22</sup>.

Por isso, na base dos estudos e pesquisas feministas se encontra, justamente, os questionamentos acerca da vinculação compulsória da mulher ao lar e à família, além de seu afastamento quase completo da esfera pública da vida cotidiana. Então, o pensamento feminista preocupou-se muito em refletir sobre a dualidade da esfera pública e privada, buscando revelar, a partir de análises históricas, as diferentes implicações dessa separação para homens e mulheres<sup>23</sup>.

Essa dualidade, nas palavras de Flávia Biroli “corresponde a uma compreensão restrita de política, que, em nome da universalidade na esfera pública, define uma série de tópicos e experiências como privados e, como tal, não políticos”<sup>24</sup>. O desenvolvimento dessa esfera pública homogênea se dá, então, em troca do apagamento de vozes que foram, arbitrariamente, enclausuradas no campo privado, onde impera a autonomia privada e a não intervenção do Estado. Como consequência dessa estanque divisão, por muito tempo, mulheres não puderam acessar a arena pública para colocar suas necessidades na agenda política.

Além disso, como já mencionado, os papéis designados às mulheres, como a dedicação à vida doméstica e familiar, não só contribuíram para que a domesticidade feminina fosse percebida como um aspecto natural e distintivo, mas, acima de tudo, como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios<sup>25</sup>. Essa situação ficará bastante evidente quando analisarmos o tratamento oferecido pelo judiciário às mulheres que transgridem as normas, pois há clara imputação de uma dupla penalização. A primeira correspondente à pena própria do delito cometido e a segunda se relaciona a uma sanção moral pelo descumprimento dos pressupostos de gênero a elas imputados.

---

<sup>22</sup> PIZÁN, Cristina de. *La ciudad de las damas*. 2. Ed. Madri, Siruela, 2000 [1405].

<sup>23</sup> BIROLI, Flávia. “O público e o privado”. MIGUEL, Luiz Felipe; BIROLI, Flávia. (org.) *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 31.

<sup>24</sup> Idem.

<sup>25</sup> Idem, p. 32.

Pelo exposto até aqui, nota-se que as teorias feministas inauguram, tendo em vista os questionamentos em torno das desigualdades de gênero, uma nova forma de se encarar a produção do conhecimento. A partir delas evidenciam-se alguns dos limites das instituições vigentes, que mesmo pautando-se em ideais, em tese, democráticos, reproduzem assimetrias e relações de dominação. Assim, o pensamento feminista não só força os limites da ordem estabelecida, como também pressiona as formas de pensar que respaldavam tal ordem<sup>26</sup>. Essa perspectiva mostra-se essencial, pois toda a atividade social, incluída a produção científica, tem como ponto de partida a distinção de gêneros. Por essa razão, o gênero é a ferramenta analítica, ou categoria teórica, da epistemologia feminista que oportuniza entender como a divisão da experiência social atinge de maneira diversa homens e mulheres<sup>27</sup>.

Importante salientar que foi justamente o desenvolvimento do sistema gênero-sexo que possibilitou tal revolução epistemológica<sup>28</sup>. Isso ocorreu, pois o desenvolvimento da categoria “gênero” permitiu apontar o caráter social e relacional, ou performático, nas palavras de Judith Butler, dos comportamentos tidos como femininos (ou masculinos). Essa autora, por exemplo, que bebe diretamente das fontes foucaultianas, desenvolveu um novo olhar sobre o gênero, em que este seria o resultado da repetição ritualística de diversos comportamentos encarados socialmente como masculinos e femininos<sup>29</sup>. Nessa linha, o conceito foi libertador já que permitiu deixar ainda mais claro que a opressão tinha como causa uma raiz social e não biológica ou natural<sup>30</sup>.

(...) é a construção social do gênero, e não a diferença biológica do sexo, o ponto de partida para a análise crítica da divisão de trabalho entre mulheres e homens na sociedade moderna, vale dizer, a atribuição aos dois gêneros de papéis diferenciados (sobre ou subordinado), na esfera da produção, reprodução e da política e, também, através da separação entre público e privado<sup>31</sup>.

Assim, é possível notar-se que a análise científica pode legitimar o sistema patriarcal ao reforçar simbolicamente a dominação, quando suas conclusões parecem

<sup>26</sup> BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014, p. 7 e 8.

<sup>27</sup> MENDES. Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 87.

<sup>28</sup> Idem, p. 86

<sup>29</sup> BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge Press, 1999.

<sup>30</sup> MENDES. Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*, p. 86.

<sup>31</sup> BARATTA, Alessandro. O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Coord.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999. p. 21

retomar ou recortar o discurso dominante. Todavia, também é possível que contribuam para neutralizá-lo, à maneira da divulgação de um segredo de Estado, de modo a favorecer a organização das vítimas<sup>32</sup>, como foi feito no desenvolvimento do conceito de gênero.

Por isso, o feminismo foi tão importante ao fazer emergir um outro sujeito coletivo monumental, criando uma nova narrativa entre aquela emanada pelo saber masculino onipresente e o silêncio histórico feminino. Ao ressignificar essa relação, o feminismo se mostra como uma nova área em diversos campos do saber, inclusive na Criminologia, que tinha, até então, seu universo centrado no masculino<sup>33</sup>. Vera Regina Andrade menciona que é possível que, dentre os saberes, a Criminologia tenha sido a maior prisioneira do androcentrismo, pois tem seu campo completamente centrado na lógica masculina, seja pelo objeto do saber (crime e *criminoso*), seja pelos sujeitos produtores do saber (os criminólogos), seja pelo próprio saber<sup>34</sup>.

Não só a criminologia, mas as ciências criminais como um todo não escapou da lógica sexista e, conseqüentemente, o sistema penal atuará pautado no simbolismo de gênero, de maneira a contribuir para a manutenção e, muitas vezes, potencialização da dominação masculina.

## 1.2 Quem são as mulheres para a criminologia?

*How dangerous it is  
to be a woman  
defined  
by a man.  
Pavana*

Como mencionado, ver-se-á que a criminologia carrega em sua fundação as mesmas características comuns à maioria dos saberes, dentre elas a centralidade de um sujeito que é universal e masculino.

<sup>32</sup> BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. Trad. Maria Helena Kuhnner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2 ed., 2014, p. 157.

<sup>33</sup> ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 127.

<sup>34</sup> Idem, p. 128 e 129.

Não há um consenso absoluto na doutrina sobre o “surgimento” da Criminologia, porém para a grande maioria ela teria sido inaugurada no século XIX, pelo médico italiano Cesare Lombroso, em seu livro *O Homem Delinquente*. Lombroso fez parte da corrente da Criminologia Positivista, ao lado de figuras como Enrico Ferri, e tal corrente situava-se no movimento cultural do positivismo filosófico e utilizava métodos das ciências naturais para explicar a delinquência<sup>35</sup>. Porém, apesar de apresentar alguns pontos relevantes, que serão posteriormente analisados, para efeitos do presente trabalho, considerar-se-á, de acordo com Raúl Zaffaroni, como marco da Criminologia a elaboração da obra *Malleus Maleficarum*.

Para Zaffaroni, o livro *Malleus Maleficarum*, conhecido também como Martelo das Feiticeiras, escrito por Heinrich Kramer e James Sprenger, no ano de 1484, pela primeira vez na história desenvolve um discurso refinado de criminologia etiológica<sup>36</sup>. A obra tratou de estabelecer paralelos entre mulheres e feiticeiras, baseados em textos da Antiguidade Clássica, do Antigo Testamento e de autores medievais<sup>37</sup>.

Além de desenvolver o discurso da criminologia etiológica como, por exemplo, na “Questão VI – *Sobre as bruxas que copulam com Demônios. Por que principalmente as mulheres se entregam às Superstições Diabólicas.*”<sup>38</sup>, o Martelo das Feiticeiras contribuiu para o desenvolvimento do Processo Penal. Tal afirmação pode comprovar-se a partir da Terceira Parte do livro “que trata das medidas judiciais no Tribunal Eclesiástico e no Civil a serem tomadas contra as bruxas e também contra todos os hereges”, seção em que se desce às minúcias dos procedimentos a serem realizados, desde a oitiva de testemunhas, até formas de aplicação das penas<sup>39</sup>.

A perseguição de mulheres sob a justificativa da bruxaria se encontra em um contexto em que a Igreja buscava controlar os ritos de fertilidade e, assim, colocar o “poder” feminino no processo de objetificação<sup>40</sup>. A objetificação da bruxa acabava por pressupor uma oportunidade técnica de domínio, por meio de interrogatórios,

<sup>35</sup> MOLINÉ, José Cid; PIJOAN, Elena Larrauri. *Teorías Criminológicas*. Barcelona: Bosch.

<sup>36</sup> ZAFFARONI, E. Raúl. *A mulher e o poder punitivo*. In: CLADEM. *Mulheres: vigiadas e castigadas*. São Paulo, 1995.

<sup>37</sup> MENDES. Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 21.

<sup>38</sup> KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991 [escrito em 1484], p. 112.

<sup>39</sup> Idem, p. 377 – 524.

<sup>40</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2011, p. 32.

diagnósticos, construção da identidade “criminal” e incorporação de identidades “criminosas”<sup>41</sup>.

As postulações trazidas pelo Martelo atingiam quase que unicamente as mulheres, e ao conferir-lhes o posto de “ameaça a toda a humanidade” justificou-se a resposta punitiva adotada, orientada para a eliminação das mesmas<sup>42</sup>. Porém, a perseguição das feiticeiras durante a Idade Média, pelos Tribunais do Santo Ofício, nos demonstra apenas uma faceta da articulação de discursos, práticas e controles desde muito tempo exercidos sobre elas.

Apesar desse momento histórico, a Criminologia muito pouco se importou em posicionar a figura feminina em seus estudos, seja no papel de vítima, seja no papel de autora de delitos. Como bem colocou Soraia da Rosa Mendes, por mais de três séculos nenhuma mulher saiu ilesa das perseguições bem engendradas da Idade Média, pois o empreendimento ideológico foi tão bem desenvolvido que depois de *Malleus Maleficarum*, até o século XIX, a Criminologia não mais se preocupou delas<sup>43</sup>. Melhor dizer: a criminologia não precisou mais encarregar-se das mulheres, dada à eficácia do poder instituído a partir da Idade Média<sup>44</sup>.

Vê-se que o Martelo das Feiticeiras se tratava de um discurso elaborado por homens, para homens, tendo as mulheres como o objeto da análise. Ainda, é essencial apontar que dele constam características “naturais” atribuídas ao feminino, como a malícia, a fraqueza física e mental, dissimulação, a inveja, as conexões diabólicas, a histeria, etc., que repercutiram ao longo a história, e até hoje, como justificativas de inferiorização das mulheres.

Em pleno século XXI, não é incomum ouvirmos notícias de mulheres humilhadas, agredidas e mortas sob a justificativa da bruxaria. Recentemente, no ano de 2014, após um boato, acompanhado de um retrato-falado veiculado pelas redes sociais, Fabiane Maria de Jesus foi linchada por moradores da cidade de Guarujá/SP, sob as acusações de sequestro de uma criança para a realização de rituais de bruxaria e magia

---

<sup>41</sup> Idem, p. 24.

<sup>42</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2005.

<sup>43</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014, p. 29.

<sup>44</sup> Idem.

negra<sup>45</sup>. O vídeo de seu assassinato está até hoje disponível em diversos sites, mostrando a desvalorização de sua vida e a violação sistemática de sua morte e sua memória. Fabiane não só foi linchada, mas também objetificada e desumanizada.

Adiante, após as perseguições durante o medievo, apesar de alguns outros momentos esporádicos, as mulheres só voltam a ser vistas pela criminologia no século XIX, momento em que a administração da justiça começa a ser mais centralizada. Nesse período, foram desenvolvidas concepções clássicas da biologia e da psicologia, cuja explicação científica estava baseada em crenças e mitos do conhecimento vulgar a respeito da essência feminina<sup>46</sup>.

Dentre os teóricos mais importantes dessa corrente temos Cesare Lombroso. Esse autor contribuiu, respaldado na cientificidade das teorias biologicistas, com a sistematização dos estigmas femininos em seus estudos sobre a mulher criminosa. O autor defende que, devido a sua passividade, as mulheres possuem menos dificuldades que os homens para seguirem as leis. Todavia, essas mesmas mulheres, por serem amorais (frias, dissimuladas, sedutoras) acabavam em alguns momentos sendo impulsionadas à prática de crimes, principalmente à prostituição. Mesmo Lombroso, como todo esforço pra desenvolver uma teoria puramente científica, acabou se rendendo aos preconceitos de gênero socialmente produzidos.

Suas pesquisas resultaram na catalogação de criminosas como: criminosas natas, criminosas ocasionais, ofensoras histéricas, criminosas de paixão, suicidas, mulheres criminosas lunáticas, epiléticas e moralmente insanas<sup>47</sup>. A partir dos estudos feitos por Lombroso, a mulher criminosa é encarada como biologicamente anormal. Nessa lógica, há uma dupla desaprovação, pela condenação legal do crime e a condenação social pela anormalidade biológica ou sexual<sup>48</sup>.

A obra “*Malleus Maleficarum*” e as formulações de Lombroso sobre a mulher são dois grandes exemplos de como a criminologia se comportou frente às mulheres e à história e, para além de contribuir para a consolidação de uma estereotipia feminina, muito pouco foi desenvolvido para que pensem o papel da mulher nessa seara. Assim,

---

<sup>45</sup> CAMPANHA, Diógenes. ““Mataram a mulher” diz morador após espancamento no Guarujá; veja o vídeo”. *Folha de São Paulo*. Publicado em 05/05/2014. Disponível em <http://goo.gl/sWldJd>.

<sup>46</sup> MIRALES, Teresa. “A mulher e o controle informal”. BERGALLI, Roberto et al. (org.) *O pensamento criminológico II: Estado e controle*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2015, p. 178.

<sup>47</sup> LOMBROSO, Cesar; FERRERO, William. *The Female Offender*. Colorado: Fred B. Rothman & Co, 1980.

<sup>48</sup> Idem, p. 182.



percebe-se a necessidade de uma epistemologia feminista, que não venha a cair nas armadilhas do discurso criminológico masculino que, apenas aparentemente, se dirige a todas as pessoas e que se apresenta como o discurso competente<sup>49</sup>.

Nesse influxo, a Criminologia Feminista toma forma nos anos 70, como um dos braços de um paradigma centrado na investigação da reação social ou controle social penal (violência institucional). Nesse paradigma o sistema penal receberá uma interpretação macrosociológica e, no campo da Criminologia Feminista, essa interpretação se dará nos marcos das categorias “patriarcado” e “gênero”<sup>50</sup>. Há no paradigma da reação social um deslocamento do objeto criminológico, que no paradigma etiológico se centrava no crime e no criminoso, e que passará a se concentrar no sistema de justiça penal e em como se dá a criminalização por ele exercida.

Sendo assim, a Criminologia Feminista se estrutura principalmente a partir da constatação, até agora exemplificada: a escassez das mulheres no desenvolvimento das narrativas criminológicas. Pois, até então, feminismo e gênero eram, na melhor das hipóteses, apenas um aditivo nas análises de Criminologia<sup>51</sup>. Essa inconformidade diante da produção de conhecimento que excluiu o feminino sistematicamente como sujeito de realidades históricas, sociais, culturais e econômicas, acabou por construir esse referencial criminológico no qual as mulheres não são apenas objeto ou elemento incorporado<sup>52</sup>.

A Criminologia Feminista, então, elabora diversas análises sobre como o sistema de justiça criminal atua sobre as mulheres, sob a óptica da ideologia patriarcal.

(...) nos dias atuais, para compreender o etiquetamento feminino, seja como autora, seja como vítima, é preciso compreender também como historicamente o poder patriarcal e o poder punitivo articularam-se para sua custódia pela família, na sociedade e pelo estado<sup>53</sup>.

Enquanto mecanismo de controle, o sistema penal não atua sozinho. Ele está inserido em uma mecânica global de controle social, não sendo compreendido através de uma lógica estática que se cinge apenas à institucionalidade, mas sim um processo

<sup>49</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Tese de doutorado em Direito, Estado e Constituição. Brasília, UNB, 2012.

<sup>50</sup> ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 127.

<sup>51</sup> MENDES, Soraia da Rosa. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

<sup>52</sup> Idem, p. 73.

<sup>53</sup> Idem, p. 14

dinâmico de *criminalização* que conta com um conjunto de mecanismos de controle informal, para além das instituições formais de controle<sup>54</sup>. Nessa perspectiva, todos nós fazemos parte desses métodos de controle, seja diretamente pelos meios formais, como operadores/as de tais mecânicas seja como senso comum ou opinião pública. Chega-se, assim, à dimensão ideológica do sistema penal<sup>55</sup>.

Ao longo de toda a história, o controle informal foi aquele que atuou prioritariamente sobre as mulheres. O controle informal seria todas as respostas negativas que suscitam determinados comportamentos que desrespeitam normas sociais, que não cumprem as expectativas de um comportamento associado a um determinado gênero. As “respostas negativas” não são reguladas por um texto normativo<sup>56</sup>, são sanções informais aplicadas em centros descentralizados de controle. Diferente do que possa parecer, o controle informal não só limita, ele também constrói, cria e produz subjetividades.

Ele corresponde a um fenômeno bastante intrincado, com uma pluralidade de diferentes aspectos e que abrange muitos modos de opressão à mulher<sup>57</sup>. Como instituições integrantes do controle informal temos a família, a escola, a medicina, a Igreja, e estas acabam tendo vários objetivos não declarados, dentre eles a manutenção dos papéis sociais atribuídos ao feminino. A família, nesse contexto, tem um papel central. Nesse ambiente, a mulher tem seus desejos e vontades particulares marginalizados, pois deve corresponder às expectativas sociais quanto ao seu papel de mãe, filha e/ou esposa. Isso ocorre, geralmente, por meio do aprisionamento da sexualidade e a exigência de que ela se mantenha no exercício de seus trabalhos reprodutivos invisíveis.

A mulher que desvia de seu papel acaba por provocar duas reações na família, (i) a tentativa de contenção para que permaneça exercendo (ou volte a exercer) seus papéis ou (ii) responsabilizá-la por sua revolução particular<sup>58</sup>, atribuindo-lhes grandes cargas de culpa.

---

<sup>54</sup> ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 133.

<sup>55</sup> Idem.

<sup>56</sup> LARRAURI, Elena. *Mujeres y sistema penal: violencia doméstica*. Montevideo, Uruguai / Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2008.

<sup>57</sup> MIRALES, Teresa. “A mulher e o controle informal”. BERGALLI, Roberto et al. (org.) *O pensamento criminológico II: Estado e controle*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2015, p. 194.

<sup>58</sup> Idem, p. 210.

A religião também teve/tem papel essencial no controle da mulher, em especial o Cristianismo nas sociedades ocidentais. O Cristianismo nos fornece um discurso povoado por imagens justificadoras, apresentadas como naturais ou divinas, indicando mulheres modelos de representação. As figuras paradigmáticas da cultura cristã, com foco no catolicismo, são Eva e Maria que, de certa forma, possuem caracterizações opostas. Facilmente estabelece-se um paralelo entre Eva, aquela que cometeu o pecado original, e Maria, a responsável por trazer à vida o redentor do mundo. O pecado e a graça<sup>59</sup>.

Maria é um “tipo único”, de natureza perfeita e intangível, que mesmo sendo mãe do filho de Deus, manteve-se virgem por toda a história. Ela reforça os ideais de pureza, castidade, santidade, obediência, virtuosidade. Já Eva, inferior e tentadora, corresponde à generalidade das mulheres; as “filhas de Eva” são herdeiras de sua natureza imperfeita e pecaminosa<sup>60</sup>. Assim, assumimos “Eva como aquilo que a Igreja define que a *mulher é* e Maria como um modelo de virtudes daquilo que a *mulher deveria ser*”<sup>61</sup>.

A filósofa Márcia Tiburi, em um programa da TV Brasil<sup>62</sup>, ao comentar sobre os impactos da religião, principalmente das monoteístas, na vida das mulheres, menciona que estas contribuíram para a sustentação do patriarcado, que é um sistema tanto político, quanto econômico, quanto cultural, quanto prático, quanto cotidiano, de dominação masculina. A sociedade patriarcal, que é a sociedade da dominação masculina, que coloca a mulher em um papel não essencial, em um lugar secundário, acaba por refletir essa orientação em todas as suas esferas, inclusive nas relações institucionais, públicas.

Tiburi também faz algumas interessantes considerações sobre Eva e Maria, com relação à maternidade, pois a religião se relaciona diretamente com a mística que foi desenvolvida em torno do ato de matinar. A figura da Virgem Maria foi exacerbada na passagem do período medieval para a Idade Moderna, como uma tentativa, no âmbito da cultura, de desdemonizar as mulheres. Havia um intuito, então, de retirar a ideia da

---

<sup>59</sup>RIBEIRO, Silvana Mota. *Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no cristianismo*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://goo.gl/WFvg3r>.

<sup>60</sup>Idem.

<sup>61</sup>Idem, p. 7.

<sup>62</sup>MARCIA TIBURI no Entre o Céu e a Terra. TV Brasil. Publicado em 16/10/2014. Disponível em <https://goo.gl/4YFrds>.

“mulher bruxa”, medieval, para atribuir-lhes características santas. As mulheres passam a ter na maternidade a sua salvação.

É claro que, nem a Igreja e nem a família, produziram esses discursos de maneira hermética, mas sempre a partir de um resultado dialético entre as instituições e as demais esferas da sociedade. De todo modo, ao analisarmos o tratamento que o sistema penal dá às mulheres, enfrentamos também esses discursos estigmatizantes, já que, como observado por diversas autoras, ele atua como um *continuum* de controle, que parte, geralmente, dos mecanismos informais para os formais.

O sistema de justiça penal trata sempre de distinguir as mulheres de forma muito semelhante com a divisão feita entre “Marias e Evas”. Um exemplo disso é o tratamento dado às mulheres vítimas de estupro, onde vige uma lógica da honestidade, que é uma grande linha divisória entre as mulheres consideradas *honestas* (do ponto de vista da moral sexual) e as mulheres desonestas. O sistema abandona aquelas que não se adequam ao padrão de moralidade imposto pelo patriarcado<sup>63</sup>.

Pelas razões até aqui expostas, mais clara fica a compreensão do porquê as mulheres sempre estiveram subrepresentadas no sistema carcerário, pois as estruturas que as coagiam eram quase exclusivamente informais. Assim, apenas subsidiariamente a polícia ou a justiça atuavam sobre os seus “desvios”, além disso, diante do seu confinamento ao espaço privado, bem menores eram as suas possibilidades de transgressão das normas penais. Todavia, os estigmas atribuídos às mulheres criminosas também dialogam e até hoje são influenciados pelo não cumprimento estrito dos papéis de obediência e subserviência feminina, ou seja, elas são o mais próximo que temos de Eva (ou mais distante de Maria) nos tempos atuais.

### 1.3 Criminologia Crítica e Criminologia Feminista: uma união necessária

*Nós não podemos alcançar o sucesso  
quando a metade de nós é deixada para trás*

Malala Yousafzai

---

<sup>63</sup> ANDRADE. Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (dê)silusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p.148.

Como o objetivo do trabalho será fazer uma análise do aumento do encarceramento feminino por tráfico de drogas, à Criminologia Feminista deverão se unir alguns elementos da Criminologia Crítica, tendo em vista que grande parte das mulheres que compõem o sistema carcerário também são atingidas pelos discursos excludentes de classe. Nesse sentido, a análise integrada da Criminologia Crítica e da Criminologia Feminista será essencial para compreender, posteriormente, como os mecanismos formais do sistema penal se articulam.

Para a melhor compreensão dos fenômenos criminológicos é preciso se ter clareza da existência de uma pluralidade de “Criminologias” e de que diferentes atrizes/atores e realidades sociais poderão demandar diferentes Criminologias. Assim, para estudar os impactos que a política antiproibicionista tem tido no cárcere feminino, a Criminologia Feminista, sozinha, seria insuficiente. Isso porque, a realidade econômica desigual brasileira se reflete fortemente na “clientela” das prisões. Por isso, se mostra essencial pensar, também, em como a ideologia patriarcal, engendrada à capitalista, atinge a vida das mulheres e como essa intersecção tem mais efeitos sobre elas (sem olvidar a questão de raça).

A Criminologia da Reação ou do Controle Social, após um desenvolvimento materialista, deu origem a novas criminologias, dentre elas a Criminologia Crítica. Essa, então, se desenvolve no marco das categorias do “capitalismo” e das “classes sociais”<sup>64</sup>. Alessandro Baratta assenta que com a superação do paradigma etiológico, a criminalidade deixa de se vista como uma realidade ontológica, sendo encarada como um *status* atribuído a determinados indivíduos mediante uma dupla seleção (i) dos bens jurídicos protegidos e (ii) dos comportamentos das pessoas entre todas aquelas que promovem infrações<sup>65</sup>.

A escolha dos principais bens jurídicos a serem protegidos fica bastante evidente em nosso sistema penal quando notamos que a esmagadora maioria das pessoas presas é acusada ou condenada por crimes patrimoniais (roubo e furto) ou tráfico de drogas. Assim, ao se proteger a propriedade privada, protege-se diretamente a ordem econômica capitalista e seu bom funcionamento. No âmbito da seleção dos comportamentos, nota-

---

<sup>64</sup> ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (dê)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 127.

<sup>65</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan; ICC, p. 161.

se que nem todas as pessoas que cometem crime são, de fato, punidas pelo sistema penal. Há, aqui, uma seletividade do sistema e a promoção de uma cifra oculta da criminalidade, como chama Nilo Batista. Pois, a totalidade de infrações penais cometidas é inacessível para a justiça penal, apenas temos acesso à “criminalidade registrada”, que passa uma ideia de falsa totalidade e que cumpre, no discurso político-criminal, uma tarefa ideológica importante. Porém, a “criminalidade registrada” é, na prática, a *criminalização*, porque a seletividade operativa do sistema penal, ao interferir qualitativa e quantitativamente no resultado final da *criminalização secundária* (quem e quantos farão parte dos registros), acaba por configurar a realidade social<sup>66</sup>. Na mesma linha defende Baratta que a criminalidade é “um bem negativo, distribuído desigualmente conforme hierarquia dos interesses fixados no sistema socioeconômico e conforme a desigualdade social entre os indivíduos”<sup>67</sup>.

No âmbito da criminalização primária, promovida pelos órgãos de criação de leis penais, há uma relação dos conteúdos, mas também dos não-conteúdos a ela ligados. O sistema de valores que é refletido por esse direito penal abstrato reflete ideais que pertencem ao universo moral próprio de uma cultura burguesa-individualista, que dá máxima proteção ao patrimônio privado. Nessa lógica, por meio da criminalização primária, busca-se atingir as formas de desvios típicas dos grupos mais economicamente vulneráveis, ao mesmo tempo em que se imunizam as condutas comuns das classes dominantes. Já na criminalização secundária, evidencia-se ainda mais o caráter seletivo do sistema penal abstrato, pois os preconceitos conduzem as ações dos órgãos investigadores e judicializantes, fazendo-os procurar a criminalidade nos locais em que ela é mais *normal*<sup>68</sup>, ou seja, nos grupos periféricos e favelizados.

Tendo em vista os impactos que a ordem econômica tem na criminologia para entendermos o seu objeto devemos compreender a demanda por ordem da nossa formação econômica e social<sup>69</sup>. Assim, “a criminologia como racionalidade positiva é uma resposta política às necessidades de ordem que vão mudando no processo de

---

<sup>66</sup> BATISTA, Nilo. *Criminalidade econômico-financeira*: Intervenção no XIII Congresso Internacional de Direito Comparado. Escola de direito Dom Helder. Disponível em: <http://goo.gl/Mi2iIw>

<sup>67</sup> BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan; ICC, p. 161.

<sup>68</sup> Idem. P. 176 e 177.

<sup>69</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2011, 2 ed., p.19.

acumulação de capital. Para compreender o seu léxico, seu vocabulário, e sua linguagem temos que ter a compreensão da demanda por ordem”<sup>70</sup>.

A obra de Georg Rusche e Otto Kirchheimer, *Punição e Estrutura Social*, foi central para que se pensasse a relação existente entre os modos de produção, a criminalização e os métodos de punição. De acordo com esses autores, os valores sociais que estão sob a proteção da lei penal, pois incorporadas no código criminal, são aqueles desejáveis pelos grupos sociais que possuem o poder de criação da lei. O que é facilmente perceptível, ao longo da história, pela elaboração e aplicação distintas da lei a depender da classe a que ela se dirigia (ex. leis diferentes para patrões e para escravos). Dessa forma, o objetivo que cada pena possui, corresponde aos valores que os grupos sociais dominantes veem como bons para a sociedade e, assim, o caráter das penas está completamente ligado aos valores culturais da sociedade que as emprega<sup>71</sup>.

A mudança ocorrida nos sistemas penais não poderia ser explicada somente pelas novas demandas da luta contra a criminalidade. Porque, além disso, o sistema de produção tende a descobrir formas punitivas correspondentes às suas relações de produção. É somente um desenvolvimento específico das forças produtivas que proporciona a introdução ou a rejeição de penalidades correspondentes, sendo necessária que a sociedade esteja em condições de recepcionar as transformações no seio de seu sistema social e econômico<sup>72</sup>.

Apesar da dominação masculina existir desde muito antes do capitalismo, no entanto, ele conseguiu se apropriar dessa forma de opressão para dela extrair vantagens, também adequadas aos modos de produção. Dentre as possibilidades de aferição de vantagens temos a divisão sexual do trabalho, que também já existia em sociedades pré-capitalistas, mas que acaba se moldando às necessidades características desse modo de produção. Nessa perspectiva cabe fazer uma pequena referência histórica.

As mulheres (e as crianças) foram incorporadas pelo capitalismo industrial devido ao desenvolvimento das maquinarias, já que se permitiu que uma mão-de-obra mais fraca e menos especializada fosse empregada para realizar o trabalho antes

---

<sup>70</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. No.2, julho/dezembro 2009, p. 23.

<sup>71</sup> RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2008, p. 8.

<sup>72</sup> Idem. P. 21 e 22

realizado principalmente por homens<sup>73</sup>. Assim, logo na primeira metade do século XIX os empregadores passaram a preferir empregar a mão de obra feminina por ser mais dócil e mais barata, pois para garantir a subsistência familiar, elas aceitavam salários menores e se submetiam a condições mais exaustivas e danosas de trabalho<sup>74</sup>.

O capitalismo, não só do século XIX, pautado em ideais patriarcais, utiliza estereótipos de gênero como a fraqueza física, a menor capacidade intelectual e a estrita vinculação da mulher ao lar para justificar o pagamento de menores salários. Além disso, incorporar tais estigmas também contribuiu e contribui para que as mulheres se submetam a piores condições de trabalho.

A mulher esteve presente desde o início da industrialização; seu trabalho, menos qualificado, mal pago e raramente colocado no nível onde se exercia o poder, aí ficando sempre em posição secundária e subordinada ao seu papel de mãe e de esposa que era seu único papel social reconhecido e legítimo<sup>75</sup>.

O trabalho socialmente conferido a mulher, o chamado “trabalho reprodutivo”, que diz respeito à manutenção da casa e criação dos filhos, é totalmente desvalorizado por ser associado a uma função natural do feminino. Assim, mesmo quando trabalham fora, às mulheres ainda são designados os afazeres domésticos, sendo essa a conhecida “dupla jornada de trabalho”. Cabe apontar que o trabalho doméstico é essencial ao funcionamento do capitalismo, já que garante a manutenção da força de trabalho (com alimentação, higiene, repouso), porém, como não é alçado ao patamar de “verdadeiro ofício” acaba sendo considerado um trabalho invisível, sem valor, secundário. Os impactos da divisão sexual do trabalho são claramente percebidos até hoje, seja pela existência da dupla (e tripla) jornada de trabalho, seja menor remuneração que as mulheres recebem para cumprir as mesmas tarefas que os homens.

Quando analisarmos a questão do tráfico de drogas no Brasil ficará evidente como os discursos de controle penal, produzidos pelas classes burguesas, aliados à divisão sexual do trabalho têm efeitos nefastos sobre o cárcere e sobre a vida das mulheres.

<sup>73</sup> MARX, Karl. O capital: Crítica da econômica política. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, p. 28-50.

<sup>74</sup> BARBOSA, M. et al. Mulheres e patriarcado: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, p. 6. Disponível em: <http://goo.gl/OfDrB8>

<sup>75</sup> BELLE, F. *Executivas*: Quais as diferenças na diferença? In: CHANLAT, J-F. O Indivíduo nas Organizações – dimensões esquecidas. Volume II. São Paulo: Atlas, 1993, p. 196



O desempenho do sistema penal só passa a ter sua significação plena quando é reconduzido ao sistema social e, também, inserido nas estruturas profundas em ação que condicionam o capitalismo e o patriarcado. Assim, o controle penal expressa e legitima as ideologias patriarcais e capitalistas, aparecendo desde o princípio como um exercício de controle seletivo classista e sexista (além de racista)<sup>76</sup>. Por isso, justamente, a visão integrada da Criminologia Crítica e Feminista nos permitirá analisar como a lei e as Ciências Criminais, equipadas da ideologia capitalista e patriarcal, municiam o sistema com uma discursividade que legitima sua existência (ideologias legitimadoras), e acabam por integrar o senso comum punitivo, o que se reflete no conjunto de mecanismos de controle social<sup>77</sup>.

Isto é importante ser dito, pois ao se elaborarem discursos criminalizadores, também é necessário que se criem mecanismos de combate a estas criminalidades. Ou seja, exige-se a elaboração de técnicas de poder e de controle para combater a criminalidade gerada a partir de tais discursos. Nesse sentido, é necessária uma política criminal que atenda essas demandas por ordem. Sendo assim, aliada à criminologia, a política criminal também se desenvolve e se adapta às estratégias de poder vigentes e ambas surgem como um alicerce de racionalização, como um saber/poder a serviço da acumulação de capital<sup>78</sup> e também da manutenção da lógica patriarcal.

A política criminal, localizada dentro de uma política social mais abrangente, é concebida, normalmente, como aquela que diz respeito ao crime, aos desviantes e às ações práticas para a redução da criminalidade. Todavia, como já apontado, por trás das estatísticas criminais existem conflitos sociais inerentes à sociedade capitalista<sup>79</sup> e sexista. Como afirma a autora Débora Duboc, “o crime não é uma qualidade do ato, mas um ato qualificado como criminoso por agências de controle social. Dessa maneira, não é o crime que gera o controle social, ao revés, o controle social é que o cria”<sup>80</sup>.

---

<sup>76</sup> ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (dê)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 140.

<sup>77</sup> Ibidem, p. 134

<sup>78</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. No.2, julho/dezembro 2009, p. 23.

<sup>79</sup> PEDRINHA, Débora Duboc. Notas sobre a política de drogas no Brasil: elementos para uma reflexão crítica. XVII Encontro Preparatório para o CONPEDI. Salvador: 2008. Disponível em: <http://zip.net/brp0r5>. Acesso em: 20 de outubro de 2014.

<sup>80</sup> Idem, p. 5.488 e 5.889.

Assim, no próximo capítulo, serão trabalhadas as ideias de como a Criminologia, a Política Criminal e os discursos das classes dominantes se articularam para o desenvolvimento do que conhecemos hoje como *guerra às drogas*.

## CAPÍTULO 2

### GUERRA ÀS/AOS POBRES

*Então, me diga o que causa mais estragos,  
100 gramas de maconha ou um maço de cigarros?  
O povo rebelado ou a polícia na favela?*  
MV BILL – Só Deus Pode me Julgar

O que temos visto nas últimas décadas, não só no Brasil, mas em um grande número de países, é o crescimento assombroso da população carcerária. Em boa medida, esse aumento se deve às prisões por tráfico de entorpecentes e crimes conexos, como a associação para o tráfico. Neste cenário, o número de mulheres presas por esse crime, proporcionalmente, tem aumentado muito mais do que os homens, sendo essa, hoje, a principal causa do encarceramento feminino no Brasil e em vários outros países da América Latina<sup>81</sup>. Na Penitenciária Feminina situada em Piraquara, região metropolitana de Curitiba, o número de detidas por tráfico de drogas supera a marca de 70% das internas, o que demonstra a necessidade de compreender alguns dos fenômenos que têm contribuído para a construção dessa realidade.

Os discursos acerca do suposto crescimento da criminalidade ligam-se diretamente à necessidade de ampliação do estado punitivo e a população exige, então, que o poder público tome medidas para conter a onda criminoso. Dentre as ações exigidas, está a criação de leis penais mais severas para o crime de tráfico de drogas, bem como o maior controle policial sobre as populações mais vulneráveis envolvidas em tais práticas. Disso decorre, por exemplo, no campo legislativo, a elaboração da Lei 11.343/06 (Lei de Drogas) e, no campo do controle social periférico, as Unidades de Polícia Pacificadora (no Rio de Janeiro) ou Unidades Paraná Seguro (no Paraná).

Por meio de pesquisas, infográficos e estatísticas, divulga-se um suposto incremento da criminalidade devido ao aumento do número de pessoas presas. Como aponta o Delegado de Polícia, Orlando Zaccane, no campo das políticas de segurança pública, o positivismo exacerbado faz com que as estatísticas tenham um terreno autônomo na análise dos aspectos criminais. Assim, o crime, o criminoso e a própria

---

<sup>81</sup> YOUNGERS, Colleta A. *Por trás do aumento assombroso de prisões femininas na América Latina*. Trad. Ítalo Piva. Revista Fórum. Publicado em 16/01/2014. Disponível em: <http://migre.me/qYnWo>.

polícia passam a ser encarados através da letra fria dos números<sup>82</sup>. Todavia, tais números não podem existir sem uma análise interpretativa, pois somente as pessoas, com seus interesses historicamente localizados, poderão tirar conclusões sobre o crescimento da quantidade de pessoas encarceradas<sup>83</sup>. Não há, nesse sentido, uma neutralidade matemática.

O que existe no campo da proibição de algumas drogas são estratégias de poder, de política criminal, que, articuladas, acabaram impactando fortemente as prisões e a vida de muitas brasileiras e brasileiros. Algumas dessas estratégias serão estudadas neste capítulo.

## 2.1 Geopolítica da droga: o que há por detrás do proibicionismo

*Tira la bomba económica sembrando la miseria,  
la población histórica espera que la política le sirva para cavar el mal.  
Vienen con buenas intenciones hablar de democracia con balas de cañones.  
Vienen con buenas intenciones a firmar el tratado para hacernos más pobres.*

JUANA FE – Yankee Man

Conforme trazido pela criminóloga Rosa Del Olmo, em seu livro *A Face Oculta da Droga*, a economia liberal foi essencial para o desenvolvimento do mercado de drogas (tanto das legais quanto das ilegais). Isto porque, além de haver uma determinação estrutural, por serem reguladas através de leis de oferta e demanda, ainda houve a produção de uma carga ideológica, responsável por criar o “mito da droga”<sup>84</sup>. Esse mito foi disseminado pelos meios de comunicação em massa e albergado pelo imaginário social, a partir de uma estratégia dos países capitalistas centrais, que são, também, os principais demandantes de drogas no mercado internacional<sup>85</sup>.

A proibição de determinados tipo de drogas não surgiu em um vácuo histórico, mas a partir de demandas de certos países, em especial dos Estados Unidos, que diziam mais respeito à questão econômica do que propriamente de segurança ou saúde pública.

---

<sup>82</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de droga. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 9.

<sup>83</sup> Idem.

<sup>84</sup> OLMO, Rosa del. *A face oculta da droga*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

<sup>85</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis*: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 81.

A primeira lei federal, elaborada na década de 30 nos Estados Unidos, contra a maconha foi promulgada por Roosevelt e proibia o cultivo e a comercialização de *cannabis* em solo estadunidense. O grande impulso econômico dessa lei parece ter sido a Grande Depressão Americana, pois esta droga era utilizada de maneira muito restrita pela população dos EUA, mas bastante aceita junto aos mexicanos, que, a partir da quebra da Bolsa de Valores, passaram a ser mão de obra competitiva<sup>86</sup> no quadro crescente de desemprego do país.

Tratamento semelhante recebeu a migração chinesa que morava na Califórnia, que foi associada ao ópio por não ser mais necessária após a construção das estradas de ferro do Estado, ou os trabalhadores negros do algodão, no Sul dos Estados Unidos, que foram vinculados à cocaína e à criminalidade, no exato momento em que lutavam por emancipação<sup>87</sup>.

Nos Estados Unidos, conflitos econômicos foram transformados em conflitos sociais que se expressaram em conflitos sobre determinadas drogas<sup>88</sup>.

O Brasil adentrou definitivamente à cena internacional de combate às drogas em 1964, com a aprovação e promulgação da Convenção Única sobre Entorpecentes, por meio do Decreto-lei 54.216, pelo então presidente da Ditadura Militar, Castello Branco. Na década de 60, o consumo de drogas começa a sair das periferias brasileiras e chega à classe média e alta, o que torna o controle por parte do Estado cada vez mais difícil<sup>89</sup>. Diversos movimentos de contestação passam a usar as drogas como uma forma de “protesto contra o imperialismo, base da política estadunidense para a América Latina, contra a síndrome armamentista e, fundamentalmente nos Estados Unidos da América do Norte, contra a Guerra do Vietnã”<sup>90</sup>.

Com o incremento do público atingido pelo consumo de drogas (e diante das pautas de contestação), aqui e em diversos outros países, acaba-se reforçando o pânico disseminado à época, por meio das campanhas de “Lei e Ordem”. Isso influencia a criação legislativa norte-americana, além de corroborar com a transnacionalização do

<sup>86</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de droga. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 84.

<sup>87</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis*: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 81.

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil*: do discurso oficial às razões de descriminalização. Rio de Janeiro: Luam, p. 21.

<sup>90</sup> Idem.

controle de entorpecentes<sup>91</sup>. Nessa mesma época, o Estado Brasileiro decidiu, através do Decreto-lei 385/68, por reunir na mesma categoria todas as pessoas envolvidas com entorpecentes, fossem elas vendedoras ou usuárias. Essa medida ia contra toda a orientação internacional e o próprio discurso oficial do Brasil, que até então fornecia tratamentos diferenciados para traficantes e usuários/as<sup>92</sup>. Eram os anos de chumbo.

Com o final da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos conseguem reunir capital político e econômico suficiente para começar a “exportar” sua agenda contra as drogas, de forma mais contundente. Porém, somente na Convenção de Substâncias Psicotrópicas de Viena, em 1971, com o respaldo de seus apoiadores do Terceiro Mundo, logram êxito em impor um projeto proibicionista. A partir desse momento, começa-se a se desenhar o destacado papel deste país no panorama mundial da droga, além de consolidar seu poder sobre as Nações Unidas<sup>93</sup>. Isso se dá, dentre outros motivos, pela dependência deste Órgão em relação às milionárias pesquisas financiadas pelos Estados Unidos sobre a matéria dos psicotrópicos. Assim, os EUA conseguem desenvolver uma política internacional, fortemente conectada aos órgãos de droga das Nações Unidas e, conseqüentemente, influenciar um enorme número de nações. Mormente, nos países de Terceiro Mundo, já que de acordo com a *Single Convention* (elaborada já em 1921), as duas drogas mais perigosas são produzidas nesta região, a heroína e a maconha<sup>94</sup>.

Começa a se desenhar o que Rosa del Olmo chama de “*geopolítica das drogas*”, os países industrializados começam a exigir maior rigidez no controle de opiáceos, maconha, cocaína, que são produzidas pelos países menos desenvolvidos. Enquanto isso, as substâncias sintéticas, que são produzidas pelas indústrias norte-americanas e europeias, sofrem pouca regulamentação<sup>95</sup>. Isso sem mencionar drogas como o tabaco e o álcool, largamente produzidos pelos países centrais, e que mesmo sendo responsáveis por milhares de mortes ao redor do globo, não são mencionadas na *Single Convention*.

Lola Aniyar de Castro, no tocante a não regulamentação de produtos farmacêuticos, traz importantes dados. Em discussões no âmbito da Organização Mundial de Saúde, países de Terceiro Mundo tentaram aprovar um Código

---

<sup>91</sup> Idem, p. 22.

<sup>92</sup> Ibidem, p. 26.

<sup>93</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan:ICC, 2005, p. 174.

<sup>94</sup> Idem.

<sup>95</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 85.

Internacional sobre as drogas conhecidas como produtos farmacêuticos, momento em que os governos membros da OMS, contrários a este controle, ameaçaram se retirar da Organização. As empresas privadas dos países desenvolvidos são responsáveis pela produção de 89% dessas mercadorias, que atinge anualmente cerca de 8 milhões de dólares. Os EUA apoiaram as indústrias farmacêuticas, ameaçando retirarem-se da entidade. Junto a outros cinco países, os Estados Unidos controlam 75% dos negócios dos remédios a nível mundial, além de *metade* dos recursos da OMS<sup>96</sup>.

Algunas de las divergencias más notorias son las siguientes: em primer lugar, según el tipo de droga. Aunque en la actualidad existen 174 sustancias psicoactivas sometidas a fiscalización internacional, de las cuales 167 son específicos sintéticos o derivados producidos por la industria farmacêutica, los esfuerzos represivos están dirigidos fundamentalmente hacia las siete sustancias restantes que provienen de três plantas: la coca; la amapola y el cannabis. Pero a su vez, incluso estas últimas reciben em la práctica um trato diferencial, pudiendo observar-se como la retórica, así como las políticas de control, se concentran en la coca y sus derivados<sup>97</sup>.

A proibição da produção, comércio e uso de drogas deu-se diante da seleção autoritária de determinadas substâncias. Assim, por meio de convenções internacionais e leis nacionais, tornaram-se ilícitas algumas drogas, ao mesmo tempo em que outras foram mantidas na legalidade. Consequentemente, desenvolve-se também uma diferenciação arbitrária entre os comportamentos de produtores, consumidores e vendedores de umas e outras drogas<sup>98</sup>.

Como será trabalhado adiante, a guerra às drogas tem trazido mais prejuízos do que benefícios para o Estado Brasileiro. No entanto, agir de maneira contrária à cartilha dominante poderia acarretar obstáculos ainda maiores, como, por exemplo, o isolamento comercial, políticas ocultas (ou ostensivas) de apoio às oposições internas ao estado insurreto, chegando ao extremo de intervenções armadas<sup>99</sup>.

De todo modo, o proibicionismo justificou a expansão das agências de controle penal nacionais e internacionais, principalmente nos países andinos, que são os grandes

<sup>96</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da liberdade*. Rio de Janeiro: Revan:ICC, 2005, p. 175 e 176.

<sup>97</sup> OLMO, Rosa del. *Geopolítica de las drogas*, 1990. Apud: D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de droga. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 85.

<sup>98</sup> KARAM, Maria Lúcia. “Guerra às drogas” e saúde: os danos provocados pela proibição. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra*: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 158.

<sup>99</sup> BIZZOTTO, Alexandre; RODRIGUES, Andreia de Brito. “O sistema carcerário e o fomento penal da economia. SILVA, Denival F. da; BIZZOTTO, Alexandre (org.) *Sistema punitivo*: Custos e lucros, qual a dimensão da criminalidade? Goiânia: Kelps, 2013, p. 175.

produtores de maconha e heroína. No entanto, como é possível perceber, os verdadeiros fins deste controle não se encontram na periculosidade/danosidade dessas drogas em específico, mas ocultam os verdadeiros fins de controle econômico dos países centrais sobre as periferias do mundo. Nesse sentido, diz Nilo Batista “a única coisa que existe de comum entre a maconha e a heroína é estarem proibidas sob as mesmas penas e sob a mesma lei”<sup>100</sup>.

Carlos González Zorilla elaborou um quadro com diversos tipos de drogas, desde opiáceos, depressores e estimulantes, até álcool, café e tabaco, e analisou as características da abstinência psicológica e física de cada uma delas, meios de obtenção, riscos do uso continuado, etc. Concluiu que a consideração legal feita sobre essas substâncias pouco ou nada tem a ver com a periculosidade acarretada pelo seu uso, nem pelos efeitos ligados a elas, nem pela importância social do seu consumo<sup>101</sup>.

O que ocorre é que os objetivos não são rigorosamente expostos, visto que o sistema penal atua como um escudo dos interesses políticos e econômicos dos grupos hegemônicos que, ao se valerem dos instrumentos de coerção, faz com que recaiam sobre os “indivíduos indesejáveis”<sup>102</sup>. A nível macro esses instrumentos incidem sobre os países de Terceiro Mundo, por meio de controles internacionais, e a nível micro sobre as populações pobres e favelizadas dos grandes centros urbanos desses países, como o Brasil.

No sentido do recrudescimento do controle penal, o conservadorismo estadunidense dos anos 70, encontrou nas ditaduras civis-militares da América Latina um terreno fértil para implementação de uma ideologia de guerra. Cria-se um novo inimigo interno dentro dos países, que aos poucos se desloca do subversivo para o traficante, propiciando as condições para uma escalada bélica ao ampliar os sistemas formais de controle penal militar<sup>103</sup>. Essa é, justamente, a tese de Vera Malaguti, sustentada em várias de suas obras, de que na transição da ditadura para a abertura “democrática” houve a transferência do inimigo interno da figura do terrorista para a do traficante. Todo o sistema social, como escolas, igrejas, o direito e os meios de

<sup>100</sup> BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 59.

<sup>101</sup> ZORILLA, Carlos González. “Drogas e questão criminal”. BERGALLI, Roberto et al. (org.) *O pensamento criminológico II: Estado e controle*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2015, p. 263 a 272.

<sup>102</sup> SILVA, Denival F. da. “Custos e lucros do sistema punitivo: Quem ganha com a pena de prisão?”. SILVA, Denival F. da; BIZZOTTO, Alexandre (org.) *Sistema punitivo: Custos e lucros, qual a dimensão da criminalidade?* Goiânia: Kelps, 2013, p. 18.

<sup>103</sup> BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 7.



comunicação em massa, confluuiu para a confecção de um novo estereótipo. O inimigo se pulverizou nos bairros pobres e nas figuras de jovens traficantes. Permitindo-se assim, que, mesmo após o final da ditadura, fosse mantida intocada a estrutura de controle social, com cada vez mais investimentos. A verdadeira função do medo das drogas (dos/as traficantes de drogas), disseminado por meio de discursos perigosistas que exigem mais repressão e mais controle, quando na verdade o que se faz, é punir os pobres, é segregar os estranhos da era do consumo<sup>104</sup>.

O Brasil ocupa uma posição bastante ambígua neste cenário, pois apesar de ser um país periférico, na economia das drogas pesadas, ocupa o papel dos países centrais: o do consumo, diferentemente da Bolívia, por exemplo, que atua no cultivo da substância base por parte dos camponeses pobres, com a produção e exportação realizadas pelas máfias locais<sup>105</sup>. Por isso, em nosso caso, não há ações estrangeiras diretas em territórios brasileiros, mas há uma forma diferenciada de conflito, que se traduz em uma guerra entre as duas nações em que se divide o Brasil: a rica e a pobre<sup>106</sup>. Fato que se refletirá na disparidade de tratamento dado pelo sistema de controle penal àqueles/as envolvidos/as com entorpecentes em uma classe e em outra. É nesse sentido, compreendendo as especificidades locais que se defende que devemos evitar discursos atemporais, totalizantes e a-históricos com relação às drogas, como se todos os países sofressem com os mesmo efeitos. Discursos assim tendem a negligenciar e silenciar países e grupos de pessoas que possuem menos força política.

É importante notar que tanto o saber jurídico, quanto os meios de comunicação de massa, empenham-se em mascarar a realidade, dificultando a percepção correta dos fatos que envolvem a questão da droga e da criminalidade. Um exemplo disso é a banalização da morte de moradoras/es de periferia quando há um suposto envolvimento destas/es com o tráfico de drogas, mortes comumente justificadas nos “autos de resistência” ou “resistência seguida de morte”. Assim, não permitem que se deslegitime a política proibicionista nem mesmo quando ela dá sinais claros de que não se trata de uma guerra contra as drogas, senão uma guerra contra grupos sociais bem determinados<sup>107</sup>.

---

<sup>104</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada*: quem são os traficantes de droga. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 10.

<sup>105</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Díficeis ganhos fáceis*: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro: Revan, 2003, p. 23.

<sup>106</sup> Idem.

<sup>107</sup> Idem, p. 54.

Por fim, em meio à crise recessiva, no final dos anos 70 e início dos anos 80, desenvolvem-se, de forma mais explícita, as políticas neoliberais através de atuações como as de Ronald Reagan nos Estados Unidos e Margaret Thatcher no Reino Unido. Nesse contexto, tais políticas passam a produzir o mínimo de estado social, ao mesmo tempo em que se ampliam as saídas autoritárias para administrar a penúria, apela-se ainda mais para o discurso de (in)segurança pública, do medo, para justificar o tratamento de desigualdades socioeconômicas como casos penais. Assim, intensifica-se a função policial e penitenciária<sup>108</sup> de diversos Estados, inclusive do brasileiro. O neoliberalismo, tendo a *guerra às drogas* como carro chefe, trouxe o sistema penal para o centro das reformas e ações políticas. Sua novidade foi “conjugar o sistema penal com novas tecnologias de controle, de vigilância, de construção de bairros pobres do mundo em campo de concentração. Uma gestão policial da vida”<sup>109</sup>.

Mesmo diante de enormes problemas sociais que tomam de assalto o mundo todo, foca-se tanto na questão das drogas precisamente porque é um tema útil para os países centrais em suas relações com os periféricos; e para os países periféricos em relação às massas de excluídos do processo neoliberal que vem se desenvolvendo<sup>110</sup>.

Longe de tentar elaborar uma história evolucionista e linear que remonte à criminalização das drogas, buscou-se nesse capítulo evidenciar alguns momentos históricos que contribuíram para a formação do atual quadro. Relembrar parte da história do proibicionismo internacional e nacional, demonstrando como foram influenciados por interesses não declarados, ajuda a compreender a elevação da droga à condição de uma super-mercadoria, em decorrência, justamente, da sua condição de objeto proibido<sup>111</sup>.

---

<sup>108</sup> DIAS, Rafael; MACERATA, Iacã et. al. “Paradigma da guerra às drogas, políticas de ordem e experiências de cuidado na cidade dos Mega-eventos”. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 22.

<sup>109</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2011, 2 ed., p. 99.

<sup>110</sup> DUMANS, Alexandre Moura. “Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue – 2: Resposta a Claude Olievenstein e críticas à Lei de Drogas”. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 139.

<sup>111</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan:ICC, 2005, p. 173.

## 2.2 Economia da droga: quando a legalidade e a ilegalidade andam lado a lado

*Vapor barato, um mero serviçal do narcotráfico  
foi encontrado na ruína de uma escola em construção  
Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína  
Tudo é menino e menina no olho da rua.  
O asfalto, a ponte, o viaduto ganindo pra lua.  
Nada continua.*

CAETANO VELOSO – Fora da Ordem

De acordo com relatórios apresentados pela Organização das Nações Unidas nos últimos períodos, o tráfico de drogas movimenta, *pelo menos*, 750 bilhões de reais anuais, mercado que se mantém estável no curso do tempo<sup>112</sup>. Diante desse capital imenso, é gritante o envolvimento de grupos poderosos da sociedade com o tráfico.

É empresa altamente sofisticada, com uma organização piramidal que vai desde a produção até a distribuição, e cuja cabeça ou cúpula é desconhecida. Grandes capitais provenientes da droga são lavados ou “branqueados” em empresas nacionais de aparência lícita e objetivos insuspeitos, inclusive empresas de caráter financeiro<sup>113</sup>.

Já houve governos e economias nacionais baseadas no tráfico de drogas, e a produção das substâncias acaba rendendo benefícios mínimos se comparados aos valores obtidos pela venda<sup>114</sup>.

No livro “*O século do crime*”, os jornalistas José Arbex Jr. e Cláudio Júlio Tognolli, apontam o envolvimento de grupos mafiosos internacionais, grandes instituições financeiras e outros órgãos com o tráfico de drogas (e também de armas). A 10 principais mafias movimentam por ano cerca de 1,5 trilhões de dólares e têm o Brasil como um dos principais locais de atuação<sup>115</sup>. Nesse sentido, ao compreender que há um verdadeiro mercado internacional da droga, monstruosamente lucrativo, parece uma

<sup>112</sup> AGÊNCIA BRASIL. ONU alerta que drogas movimentam US\$320 bilhões por ano. EBC. Disponível em <http://migre.me/qYprg>.

<sup>113</sup> CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da libertação*. Rio de Janeiro: Revan:ICC, 2005, p. 180.

<sup>114</sup> Idem.

<sup>115</sup> ARBEX JR., José; TOGNOLLI, Cláudio Júlio. *O século do crime*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

conclusão natural àquela tirada por Zaffaroni: nesta seara o legal e o ilegal aparecem lado a lado.

Seja porque no mercado existem áreas não disciplinadas ou porque estas se criam em razão de que a proibição interfere no mesmo elevando desmesuradamente a renda, o certo é que se abrem espaços que, como em todo mercado, são ocupados empresarialmente por uma atividade que se apresenta em forma de espectro (...) em cujos extremos estão o lícito e o delitivo, mas que aparecem tão confundidos e dispersos que se torna muito difícil distinguir as matizes ou os graus que se inclinam para um ou outro extremo<sup>116</sup>.

O proibicionismo interfere no mercado, fazendo crescer de forma desmedida a renda advinda do tráfico de entorpecentes, o que acaba gerando uma forma de protecionismo irracional de mercado, baseado na seletividade penal e não nos critérios de seletividade econômica. O sistema penal acaba funcionando como um fator de concentração econômica<sup>117</sup>. Sendo assim, a seletividade penal se volta para os candidatos mais vulneráveis à criminalização<sup>118</sup>, às “empresas” com menos poder político e econômico para se manterem nesse mercado. No caso da realidade brasileira, as presas mais fáceis se concretizam na imagem do indivíduo pobre e morador das grandes periferias urbanas. Diferentemente do que propagam os discursos oficiais, a política criminal de drogas não combate o comércio dessas substâncias, mas atua reforçando e concentrando este negócio nas mãos de grandes grupos econômicos e financeiros<sup>119</sup>. Na ponta da cadeia, os/as “varejistas” brasileiros/as, acabam sendo eliminados/as do mercado por meio do encarceramento, do extermínio e da dificuldade em competir com as grandes corporações<sup>120</sup>.

A grande maioria das pessoas que é presa por tráfico de drogas hoje, em oposição ao que está presente no imaginário social (indivíduos ricos e poderosos, militarizados e violentos), são as conhecidas como “esticas”, “mulas”, “aviões” e são responsáveis pela venda de drogas no varejo. Elas acabam auferindo lucros ínfimos no negócio e representam alvos fáceis das investidas polícias, já que representam pouca (ou nenhuma) resistência à prisão<sup>121</sup>. A posição desvantajosa e vulnerável a qual essas

<sup>116</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. “Crime organizado: uma categorização frustrada”. In: *Discursos sediciosos: Crime, direito e sociedade*. Nº 1. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1996, p. 54.

<sup>117</sup> Idem, p. 57.

<sup>118</sup> Idem.

<sup>119</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 25.

<sup>120</sup> Idem, p. 72.

<sup>121</sup> Idem.

peças estão submetidas acaba por explicar o crescimento, cada vez maior, da participação de mulheres e crianças no mundo do tráfico. Para ser “sacoleiro” da droga não é preciso manusear armas ou integrar alguma organização criminosa, basta estarem dispostas e possuírem créditos junto aos fornecedores. Atuando de maneira autônoma, e por não terem outros meios, oferecem como caução a própria liberdade<sup>122</sup> e às vezes a própria vida.

No virar das páginas, parece ficar cada vez mais claro que a repressão ao tráfico atua muito mais pela lógica econômica do que em nome da proteção do bem jurídico da saúde pública. Um relato trazido por Nilo Batista expõe essa contradição: alguns alunos bolivianos do Mestrado Latino-americano de Criminologia e Direito Penal narraram que nas áreas em que fuzileiros navais norte-americanos despejaram poderosas drogas (lícitas), com o fim de destruírem as plantações de coca, começaram a nascer crianças deformadas<sup>123</sup>. Parece óbvio que a saúde pública não foi, e nem é, o bem jurídico protegido em meio a todas essas estratégias de controle.

Essa contradição é evidenciada também pelo fato de que o número de pessoas mortas na guerra às drogas, sejam elas “traficantes”, policiais ou inocentes, supera em muito o número de fatalidades causadas pelo uso de drogas proibidas. Dos homicídios registrados nos espaços públicos, 70% dizem respeito à guerra contra o narcotráfico<sup>124</sup>. A questão das drogas deveria mesmo ser tratada como uma questão de saúde pública, sem interferências do sistema penal, pois, da mesma forma que no caso do aborto, a criminalização acaba produzindo muito mais mortes em suas redes de ilegalidades. Mortes sustentadas sempre pelos setores mais marginalizados da sociedade que precisam se submeter às situações mais arriscadas.

Outra questão que diz respeito ao mercado de entorpecentes liga-se à divisão internacional do trabalho, que ganhou maior estruturação a partir de 1973 com a entrada substancial da cocaína. Diante da sua altíssima rentabilidade e do modelo recessivo que impactava a economia mundial, essa mercadoria ganhou o mercado ilícito da droga<sup>125</sup>. Vera Malaguti, em *Difíceis Ganhos Fáceis*, ao analisar materiais no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro e os arquivos da Funabem (casos a partir de 1907), cobrindo

---

<sup>122</sup> Ibidem, p. 22.

<sup>123</sup> BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 62

<sup>124</sup> D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 37.

<sup>125</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*: Revan, 2003, p. 93.

os casos da 2ª Vara de Menores do RJ, notou nas histórias desses/as meninos/as a força dessa mercadoria, que acabou por recrutar cada vez mais jovens para os riscos de sua venda<sup>126</sup>.

Nessa divisão internacional do trabalho, algumas regiões da América Latina se especializam na produção das folhas, outras na fabricação da pasta, outras na comercialização, etc., tendo, por outro lado, a especialização da mão de obra nas favelas que fazem a sua comercialização ilegal<sup>127</sup>. O papel de consumidores principais dessa droga é exercido pelos países centrais e, nas cidades brasileiras, pela classe média e alta. Na América Latina, em especial na Colômbia, Bolívia e Peru, milhares de camponeses vivem do cultivo da coca. Sem dúvida, produziriam qualquer produto que assegurasse sua sobrevivência, porém, as instâncias de deliberação da ordem econômica internacional, que estipulam o que deve ser produzido e por quais valores, não estão na América Latina<sup>128</sup>.

O neoliberalismo gera uma visão deturpada das drogas, principalmente da cocaína, pois “por um lado, estimula a produção, comercialização e circulação da droga, que tem alta rentabilidade no mercado internacional, mas por outro constrói um arsenal jurídico e ideológico de demonização dessa mercadoria”<sup>129</sup>. Nossa parte da América Latina acaba se inscrevendo duas vezes no mundo quando se trata do comércio de drogas, pela divisão internacional do trabalho e pelo estereótipo pejorativo que é feito do traficante<sup>130</sup>.

Nesse sentido, mesmo existindo uma grande diferença de atuação nos dois extremos do comércio ilegal de drogas, o direito penal dá o mesmo tratamento. A menina que atua como mula responde abstratamente pelo mesmo crime que os grandes empresários e produtores das substâncias<sup>131</sup>. Com a diferença, é claro, de que estes últimos raramente são captados pelos braços do sistema de justiça penal. No plano econômico é possível compreender a criminalização de algumas drogas como uma

---

<sup>126</sup> Ibidem.

<sup>127</sup> Ibidem, 84.

<sup>128</sup> BATISTA, Nilo. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990, p. 63.

<sup>129</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*: Revan, 2003, p. 82.

<sup>130</sup> BATISTA, Vera Malaguti. “Atendendo na guerra”. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 193.

<sup>131</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 12 e 13.

estratégia de poder, que se volta para o encarceramento das “classes perigosas” ao mesmo tempo em que fecha os olhos para as ilegalidades das classes dominantes<sup>132</sup>.

Tendo em vista os lucros não mensuráveis desse mercado e a realidade social, percebe-se que por mais que exista repressão, sempre haverá pessoas interessadas em consumirem drogas proibidas e, conseqüentemente, pessoas dispostas a correrem o risco de produzi-las e vendê-las. As “mulas”, “aviões”, “vapores”, ao serem mortos/as ou encarcerado/as são facilmente substituíveis por outras pessoas, desejosas em acumular capital ou necessitadas de trabalho<sup>133</sup>.

Não são as drogas que causam toda essa violência cotidiana, o que causa a violência é a proibição. A produção e o comércio de drogas não são atividades violentas em si mesmas. Nessa lógica, ilustra: não existem pessoas fortemente armadas, trocando tiros nas ruas, junto às fábricas de cerveja, ou junto aos postos de venda dessas e outras bebidas alcoólicas. Porém, durante a Lei Seca dos Estados Unidos, entre 1920 e 1933, quando o álcool era proibido, o cenário de mortes e disputas armadas entre gângsteres era comum. Morriam os integrantes das máfias, policiais e inocentes nos confrontos relacionado ao lucrativo mercado do álcool, como acontece hoje, na guerra às drogas. Os grupos criminalizados utilizam armamentos não só para enfrentar a repressão policial, mas também diante da inexistência de regulamentação e da impossibilidade de acessar meios legais para a resolução de seus conflitos<sup>134</sup>.

Outro ponto a se pensar, nessa teia econômica, diz respeito aos grupos que se beneficiam do encarceramento em massa e com a escalada da insegurança, objetiva e subjetiva, de nossa sociedade. Dentre eles, aqueles que exploram os serviços e mercadorias que proporcionam “segurança” (segurança privada, seguros, previdência privada, etc.) e os que se beneficiam das promessas de contenção da criminalidade. Nesse sentido, os meios de comunicação de massa, responsáveis por propagar de forma mais contundente o pânico entre as pessoas, são também, religiosamente, recompensados nos catálogos dos patrocinadores<sup>135</sup>.

As coisas parecem seguir uma lógica. Em um primeiro momento são estabelecidos os princípios de máxima intervenção punitiva, onde se criam as condições

---

<sup>132</sup> Ibidem, p. 70.

<sup>133</sup> KARAM, Maria Lúcia. “Guerra às drogas” e saúde: os danos provocados pela proibição. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 163.

<sup>134</sup> Idem, p. 164.

<sup>135</sup> SILVA, Denival F. da. “Custos e lucros do sistema punitivo: Quem ganha com a pena de prisão?”. SILVA, Denival F. da; BIZZOTTO, Alexandre (org.) *Sistema punitivo: Custos e lucros, qual a dimensão da criminalidade?* Goiânia: Kelps, 2013, p. 16.

e as demandas para isso, para em um segundo momento autorizar que o poder público aumente a dotação orçamentária reservada para fortalecer o sistema de punição<sup>136</sup>. As novas verbas destinadas ao poder punitivo geralmente são migradas de áreas sociais relevantes, como saúde, educação, lazer, em cujas carências acabam por reforçar a política do etiquetamento<sup>137</sup>. Isso porque, as pessoas atingidas pela falta de suporte de Estado em áreas essenciais são as mesmas atingidas pelo inchaço do sistema punitivo.

Todavia, do ponto de vista da visibilidade, com o alastramento da sensação de insegurança as políticas que tenham como fim o combate à violência e a criminalidade urbana, são agraciadas com a aprovação daqueles/as representados/as pelas elites políticas e econômicas. Principalmente, porque vêm seguidas do embuste preconceituoso de que a criminalidade está associada às periferias e às classes mais pobres<sup>138</sup>. O medo é bastante útil nos redutos eleitorais da classe média e alta, sendo um grande angariador de votos em uma sociedade que se convenceu (ou foi convencida) de que o direito penal é a melhor resposta para os problemas sociais.

Um exemplo dessa sequência descrita ocorreu recentemente nos debates com relação à “redução da maioridade penal”. Não é de hoje que jovens menores de idade roubam a cena em jornais de grande repercussão como “agentes” de crimes bárbaros e sanguinários. Próximo à votação do Projeto de Lei 171/1993, a mídia foi tomada pelo caso ocorrido, em maio deste ano, na cidade de Castelo, no interior do Piauí, onde quatro menores de idade estupraram e torturaram 4 meninas (poucas pessoas devem lembrar que um adulto também participou, já que nesse momento político isso não é relevante). O crime, sem dúvida, foi bárbaro e caiu como uma luva nas mãos da grande sanha punitiva que tem atingido o Brasil.

Enquanto o Congresso discute reforma política, a população é violentada, estuprada, furada, cortada, arrastada, arremessada, queimada, roubada e até morta pelos inimputáveis de Maria do Rosário, Siro Darlan, Marcelo Freixo, Luciana Genro, Chico Buarque e companhia bem escoltada, que ainda posam de defensores das mulheres<sup>139</sup>.

Cerca de um mês depois, a redução foi aprovada pela Câmara dos Deputados. Ao mesmo tempo em que essa decisão satisfaz uma grande parte da população que,

---

<sup>136</sup> Ibidem, p. 18.

<sup>137</sup> Ibidem, p. 18 e 19.

<sup>138</sup> Ibidem.

<sup>139</sup> BRASIL, Felipe Moura. O horror, Maria do Rosário! Menores estupram, cortam, furam e jogam de penhasco quatro adolescentes. Veja Abril. Acesso em <http://migre.me/qYqko>.



motivada pela insegurança, desejava tal mudança. Também satisfaz os colaboradores e os patrocinadores de campanha de Parlamentares, já que vários desses patrocinadores são gestores de penitenciárias privadas e de empresas de segurança<sup>140</sup>. Não foi divulgado pelos meios de comunicação de massa que, segundo o Ministério da Justiça, menores de idade (entre 18 – 16) são responsáveis apenas por 0,9% do total de crimes praticados no país e 0,5% se consideramos apenas homicídios e tentativas de homicídio<sup>141</sup>. Ou seja, é o direito penal, novamente, sendo utilizado como escudo para interesses diversos daqueles declarados e que favorecem uma classe em detrimento de outra, já que os meninos e meninas atingidas pela redução, raramente, serão de classes abastadas.

Por meio de estratégias como essa, é possível que se aumente a estrutura policialesca, desenvolvendo-se condições ideais para a “autodefesa” do próprio Estado nos casos de insurreição, possibilitando-se a utilização desmesurada de forças policiais sobre os inimigos sociais<sup>142</sup>.

### 2.3 O inimigo da sociedade: quem são as pessoas encontradas atrás das grades

*A justiça é como uma serpente,  
só morde os pés descalços.*  
EDUARDO GALEANO

No livro *O Inimigo no Direito Penal*, Zaffaroni desenvolve a ideia de como o direito penal atua ao longo da história e das teorias em face de um *inimigo*, de um *estranho*. Para o autor, o inimigo é aquele considerado como um ente perigoso ou daninho, não como uma pessoa com autonomia ética e, uma postura como essa, de acordo com a teoria política, só seria compatível com um Estado Absoluto.

<sup>140</sup> Em um primeiro momento pode não ser óbvia a ligação entre a redução da maioria penal (e qualquer outra medida que aumente ainda mais o número de pessoas encarceradas) com a privatização dos presídios. No entanto, essa decisão certamente acarretará grandes impactos às prisões brasileiras, que já se encontram no limite de suas possibilidades, com um grande aumento no número de presos/as, é nesse sentido que, diante da impossibilidade do poder público em gerir tantas almas atrás das grades, se apresentam as penitenciárias privadas.

<sup>141</sup> COSTA, Sylvio. Segundo Ministério da Justiça, menores cometem menos de 1% dos crimes no país. Congresso em Foco. Acesso em <http://migre.me/qYqn6>.

<sup>142</sup> SILVA, Denival F. da. “Custos e lucros do sistema punitivo: Quem ganha com a pena de prisão?”. SILVA, Denival F. da; BIZZOTTO, Alexandre (org.) *Sistema punitivo: Custos e lucros, qual a dimensão da criminalidade?* Goiânia: Kelps, 2013, p. 20.

Consequentemente, tal postura do penalismo enseja comportamentos absolutistas, incompatíveis com Estados Constitucionais de Direito.

Há, nesse sentido, um tratamento distinto atribuído ao inimigo, em que o direito penal lhe *nega a sua condição de pessoa*, pois o considera somente a partir de um aspecto de periculosidade. Sendo essa pessoa meramente perigosa, consequentemente, há uma necessidade de pura contenção, ou seja, contenção que não é justificada por um comportamento ou ação, mas simplesmente pautado naquilo que *ela é ou pode vir a ser*. Pensar nas realidades das favelas brasileiras ilustra essa ideia: nesses locais, direitos como os de ir e vir, de lazer, de inviolabilidade de domicílio, são constantemente desrespeitados sem que haja argumentos legais para isso, mas fundamentados apenas na necessidade de contenção e de controle desses agrupamentos populares (essa é a principal função das UPPs e UPSs: a de gestão geoespacial de centros urbanos).

Não é na retirada de todos os direitos que alguém possui que se caracteriza a *privação da condição de pessoa*, mas no fato da negação de um direito se pautar na periculosidade deste alguém. Ou seja, não é a quantidade de direitos retirados que lhe anula a condição de pessoa, mas a razão na qual a privação se baseia<sup>143</sup>. É por isso que o autor argentino defende que Estados de Direito são absolutamente incompatíveis com puras contenções, já que elas operam anulando o caráter de pessoa de quem se atinge por elas.

A priorização do valor de segurança como certeza com relação à conduta futura de alguém, acaba refletindo na despersonalização de toda a sociedade<sup>144</sup>. Pois, uma sociedade que almeja ter segurança no que concerne à conduta futura de cada pessoa, como um valor prioritário, almeja sua conversão em uma sociedade robotizada, despersonalizada. Todavia, como sabemos, este tipo de previsão é completamente utópica. Considerar um grupo como “perigoso” não é nada além de uma alegação para legitimar um controle social punitivo<sup>145</sup>. Por isso, Zaffaroni defende que a proposta de Jakobs, sobre o fato de não encarar o inimigo como uma pessoa (devendo ser “manuseado” por estratégias de contenção), não deveria causar tanto espanto, pois é uma proposta coerente com todo o Direito Penal do século XX (e XXI). Sem declarar abertamente, as pessoas transformadas pelo discurso penal em “perigosas”, vêm sendo

---

<sup>143</sup> ZAFFARONI, Eugenio Raúl. *O inimigo no direito penal*. 1940. Trad. Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

<sup>144</sup> Idem, p. 20.

<sup>145</sup> Idem, p. 21.

segregadas e eliminadas, devido à coisificação de suas existências. Jakobs não faz mais do que descrever a realidade<sup>146</sup>.

Essa distribuição desigual do *status* do criminoso aos poucos foi determinando a ideia de criminalidade como um comportamento comum entre os indivíduos advindos de classes sociais mais baixas e marginalizadas, o que faz identificar as classes subalternas como classes perigosas<sup>147</sup>. Os estereótipos provenientes das drogas, por exemplo, sempre ligados a uma classe perigosa, não fazem mais do que colocar toda uma faixa da população sob a constante suspeita e usurpação de direitos (os mexicanos, os chineses, o jovem negro e periférico, etc.).

Identificam-se esses discursos de periculosidade nas abordagens e apreensões policiais pautadas em “atitudes suspeitas”. Vera Malaguti, enquanto analisava as fichas de meninos e meninas apreendidas por envolvimento com o tráfico, notou que a “atitude suspeita” era utilizada como um artifício que remetia a uma clara seletividade penal. Isto porque ela não se relaciona com um ato suspeito, não é o “fazer algo suspeito”, mas sim de ser/pertencer a um determinado estamento social, é isso que faz nascer suspeitas automáticas<sup>148</sup>. Não é à toa que a maior parte dos/as adolescentes apreendidos sob essa justificativa eram não-brancos/as e pobres, ou seja, o conteúdo dessa “atitude” é repleto de seletividade e estigmatização.

Nosso sistema de justiça penal é constituído precipuamente por pessoas negras e pobres não porque elas têm “tendências” à criminalidade, mas porque têm mais chances de serem atingidas pela criminalização secundária. Augusto Thompson, em *Quem são os Criminosos?*, fala sobre a discriminação das leis desde sua produção até a sua aplicação, identificando nessa última fase os principais elementos capazes de explicar as maiores taxas de encarceramento das populações mais pobres. Desta forma, define quatro fatores: (i) a maior visibilidade da infração, (ii) a adequação do/a autor/a ao estereótipo do criminoso construído pela ideologia prevalente, (iii) incapacidade do

---

<sup>146</sup> Ibidem.

<sup>147</sup> KARAM, Maria Lúcia. “Guerra às drogas” e saúde: os danos provocados pela proibição. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 49.

<sup>148</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*: Revan, 2003, p. 103.

agente quanto a se beneficiar da corrupção ou da prevaricação e (iv) vulnerabilidade do agente quanto a ser submetido à violências<sup>149</sup>.

A primeira instituição (e de maior destaque) ao entrar em contato com esses elementos criminalizadores é a polícia. É ela a principal responsável pela criminalização secundária. Diante da impossibilidade de perseguir, processar e julgar todas as condutas tipificadas como crime, os agentes penais devem decidir entre a inatividade ou a seleção. Quando se trata de segurança pública, é a polícia quem define os índices e não o contrário<sup>150</sup>. Assim, as pessoas pobres-negras não são mais abordadas porque mais envolvidas com o tráfico de drogas, mas mais envolvidas com o tráfico de drogas porque mais abordadas.

Porém, por mais seletiva que seja uma agência de polícia, em alguns momentos integrantes da classe média e alta acabam sendo detectados pelo sistema penal, momento em que outras formas de diferenciação são ativadas. Rosa del Olmo indica que há um esforço ideológico para que se diferencie o *usuário* e o *traficante*, a partir de um modelo médico-jurídico (modelo híbrido entre o médico-sanitário e o ético-jurídico). Esse discurso começou a se delinear mais fortemente na década de sessenta, quando a classe média começou a se inserir de forma mais evidente no uso de entorpecentes, mas ainda hoje é utilizada. O/a jovem de periferia, vendedor/a de drogas, é a personificação de algo terrível, ele/a é o/a corruptor/a.

Os culpados deveriam estar fora do consenso e serem considerados “corruptores”, daí o fato de o *discurso jurídico* enfatizar na época o *estereótipo criminoso*, para determinar responsabilidades; sobretudo o escalão terminal, o pequeno distribuidor, seria visto como um incitador ao consumo (...) Esse indivíduo geralmente provinha dos guetos, razão pela qual era fácil qualificá-lo como “delinquente”. O consumidor, em troca, como era de condição social distinta, seria qualificado de “doente” graças à difusão do *estereótipo da dependência*, de acordo com o *discurso médico* o já bem consolidado modelo *médico-sanitário*<sup>151</sup>.

Assim, na década de sessenta, já se fazia esse duplo discurso sobre a droga, o qual serviria para o assentamento da *ideologia da diferenciação*, necessária à distinção

<sup>149</sup> THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos?* O crime e o criminoso: entes políticos. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

<sup>150</sup> D’ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007, p. 16 e 17.

<sup>151</sup> OLMO, Rosa del. *A face oculta da droga*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

entre o consumidor e o traficante, o doente e o delinquente<sup>152</sup>. Nas análises dos casos de crianças e adolescentes, ao longo de 80 anos, Vera Malaguti notou que às/aos jovens de classe média se aplicava o paradigma médico através de estratégias de atestados médicos particulares que garantiam as penas fora dos reformatórios. Já às/aos moradoras/es das favelas se aplicava o paradigma criminal, pois eram eles/as os identificados/as como traficantes. As elites resolvem seus casos em instâncias informais e não segregadoras<sup>153</sup>. Além disso, aponta que membros das classes mais abastadas que entram no sistema penal, acabam tendo uma passagem mais rápida, enquanto os/as pobres acabam sendo esquecido/as lá dentro. Apesar desses estudos se reportarem até o final dos anos 80, não há brutais diferenças se comparados aos dias de hoje. Enquanto jovens periféricos/as respondem pelo crime de tráfico de drogas, no art. 33 da Lei 11.343/06, as/os filhas/as das elites comumente são enquadrados no art. 28, usuária/o.

A extrema arbitrariedade no momento do enquadramento é algo que é possível a partir do que Salo de Carvalho chama de *dobras de legalidade*. Já em 1942, quando entra em vigor o novo Código Penal, seu art. 281, postula:

Importar ou exportar, vender ou expor à venda, fornecer, ainda que a título gratuito, transportar, trazer consigo, ter em depósito, guardar, ministrar ou de *qualquer outra maneira* entregar ao consumo substância entorpecente.

Há a utilização de uma norma penal em branco, além de valer-se de um termo impreciso (“de qualquer maneira”), o que começa a delinear o perfil da técnica legislativa que é empregada até hoje, não só na Lei de Drogas, mas também em grande parte das legislações especiais<sup>154</sup>: leis abertas e imprecisas que dão grandes espaços para interpretação.

Na atual Lei de Drogas, 11.343/06, esses vazios ou “dobras de legalidade” são facilmente verificáveis, o que acaba permitindo um vasto poder criminalizador às agências de justiça criminal, em especial à polícia, como já apontado. Essa Lei gera zonas nebulosas, que acabam sendo preenchidas pela lógica punitivista e

---

<sup>152</sup> Ibidem.

<sup>153</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*: Revan, 2003, p. 71.

<sup>154</sup> CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às razões de descriminalização*. Rio de Janeiro: Luam.

encarceradora<sup>155</sup>. A dobra de legalidade se assenta, essencialmente, na diferenciação entre o tipo penal do usuário e do traficante. Vejamos:

Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, **adquirir**, vender, expor à venda, oferecer, **ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar**, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Art. 28. Quem **adquirir, guardar, tiver em depósito, transportar ou trazer consigo**, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar será submetido às seguintes penas.

§ 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

Existe no art. 33 e no art. 28 cinco verbos que remetem à mesma conduta (adquirir, guardar, ter em depósito, transportar e trazer consigo), porém, apesar de idênticas, as consequências jurídicas são radicalmente diversas. Enquanto a primeira prevê uma pena entre 5 e 15 anos, com privação de liberdade, a segunda submete o/a suposto/a usuário/a à pena restritiva de direitos. Não há qualquer possibilidade de prisão para a pessoa enquadrada no art. 28, inclusive a impossibilidade de detenção é uma regra inédita no ordenamento jurídico brasileiro, aplicada somente ao consumidor de drogas, o que nos faz crer que esse tratamento jurídico é o mais brando de toda a legislação penal do Brasil. Em contrapartida, para o tráfico de drogas, o legislador previu a tipificação mais rigorosa possível, por meio de sua equiparação constitucional aos crimes hediondos<sup>156</sup>.

Além disso, o §2º do art. 28, é bastante amplo e subjetivo, deixando uma grande margem de arbitrariedade, não só para o juiz, mas para todo o aparato criminal. Como defende Salo de Carvalho, não é preciso uma grande base de criminologia crítica para notar que o dispositivo legal, ao contrário de definir critérios precisos para a imputação, permite que se proliferem metarregras fundadas em imagens e representações sociais de quem são e onde moram, por exemplo, traficantes e usuários/as<sup>157</sup>.

<sup>155</sup> CARVALHO, Salo de. “Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue: Depoimento sobre os danos diretos e colaterais provocados pela guerra às drogas”. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 115.

<sup>156</sup> Idem, p. 116.

<sup>157</sup> Idem, p. 117.

Os estereótipos do elemento suspeito e atitude suspeita, se traduzem em importantes mecanismos de interpretação, que, no cotidiano do exercício de poder de polícia, criminalizam um grupo social vulnerável muito bem representado no sistema carcerário: jovens pobres, em sua maioria negros, que vivem nas periferias dos grandes centros urbanos<sup>158</sup>.

No Brasil, a própria Lei abre mão da legalidade ao conceder uma vasta margem para ações discricionárias e arbitrárias às suas agências de controle.

A Lei 11.343 veio para substituir a Lei 6.368/76, que sem dúvida era mais dura com relação ao usuário. Todavia, para conceder um aumento de liberdade, voltada principalmente à classe média e alta, a nova lei agravou a pena prevista para o tráfico de drogas, que alcança essencialmente os jovens periféricos ligados à estrutura do comércio varejista de drogas<sup>159</sup>. Essa nova estratégia acabou se refletindo no cenário de hiperencarceramento em que vivemos hoje.

Assim, o aumento assombroso do encarceramento feminino enquadra-se, justamente, nessas aberturas e excessos trazidos pela nova lei. Isso porque, o que mais prende mulheres hoje, no Brasil, é a Lei 11.343/06, é o crime de tráfico de drogas (não raro com o crime de associação para o tráfico). Assim, diante de uma lei bastante aberta e arbitrária e do fato de que as mulheres (negras e pobres) são comumente localizadas na ponta mais vulnerável do comércio ilegal de drogas, elas começam a somar-se aos quadros carcerários como nunca antes se viu.

Por fim, se por um lado, o mercado de drogas ilícitas permitiu um aumento de investimento no sistema penal, por outro naturalizou uma política genocida e violadora de direitos humanos, seja para as pessoas negras e pobres das favelas brasileiras, seja para os imigrantes indesejados do hemisfério norte<sup>160</sup>. A criminalização dos/as pobres se mostra essencial para garantir materialmente sua posição subalterna no mercado de

---

<sup>158</sup> Ibidem.

<sup>159</sup> DUMANS, Alexandre Moura. “Nas trincheiras de uma política criminal com derramamento de sangue – 2: Resposta a Claude Olievenstein e críticas à Lei de Drogas”. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 147.

<sup>160</sup> BATISTA, Vera Malaguti. “Atendendo na guerra”. BATISTA, Vera Malaguti; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014, p. 182 e 183.

trabalho e a sua exclusão, disciplinado-os, colocando-os em guetos e destruindo-os, quando e se necessário<sup>161</sup>.

---

<sup>161</sup> BATISTA, Vera Malaguti. *Difíceis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*: Revan, 2003, p. 31.



### CAPÍTULO 3

#### A DURAS PENAS

*Ó, vós que entraís,  
abandonai toda a esperança.*

Dante Alighieri – A Divina Comédia

A frase de Dante Alighieri, que funciona aqui como epígrafe, aparece na entrada do portal do inferno, no livro “*A divina comédia*” e parece ser pertinente com caminho que se desenha nesse capítulo. Atravessar a entrada de uma penitenciária feminina e permanecer lá, detida, é um ritual despido de esperança, onde não há ressocialização, reeducação, reinserção, *recomeços*. Os elementos trazidos ao longo do presente trabalho (produção do conhecimento, controles formais e informais, controle do corpo, divisão sexual do trabalho, etc.) serão agora retomados e analisados de maneira mais específica dentro da esfera que toca o feminino aprisionado.

Com o grande aumento do número de mulheres encarceradas, é essencial que se analise, de forma séria e central, o seu papel como autora de delitos, não somente daqueles tidos como “de mulher” (aborto e infanticídio), mas também de todos os outros, em especial do que mais as aprisiona, o tráfico de entorpecentes. Poucos são os materiais de estudos e análise que tratam dessa temática, na maioria das vezes, tanto na criminologia como na literatura, a mulher é colocada em papéis secundários, como coautora ou cúmplice, e apenas ocasionalmente como produtora de sua própria criminalidade<sup>162</sup>.

Isso se dá porque além de se retratar a mulher a partir dos estereótipos de docilidade, passividade e submissão, ainda há a já mencionada “neutralidade” da produção de conhecimento que silencia a voz dessa parcela da sociedade, o que se reflete na produção de estatísticas, levantamentos, estudos, que ignoram as especificidades de gênero.

---

<sup>162</sup> ALMEIDA, R. O. *Mulheres que matam*: Universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p. 99.

Hoje, é comum que algumas estudiosas de gênero e criminalidade falem sobre a dupla penalização da mulher encarcerada, uma que corresponde à pena pelo delito em si, outra pelo descumprimento dos papéis de gênero a ela impostos. Aqui será trabalhada com uma ideia tripartida, na primeira parte se analisará as questões de gênero e classe que marcam a entrada da mulher no tráfico e aplicação da pena, na segunda o rompimento de laços e afetos quando da prisão e no terceiro o sexismo institucional que emerge nas penitenciárias femininas.

### 3.1 Mulher e traficante: quem são elas?

*É preciso ter coragem para ser mulher nesse mundo.*

*Para viver como uma.*

*Para escrever sobre elas.*

Malala Yousafzai

Analisando os dados trazidos pelo INFOPEN, divulgado no mês de junho de 2015, entre os anos de 2000 e 2014 o número de pessoas presas cresceu 375%<sup>163</sup>, porém a população carcerária feminina aumentou 567% (total de 37.380 presas), enquanto a masculina cresceu 220% no mesmo período<sup>164</sup>. A informação do crescimento específico da população feminina só foi disponibilizada em um segundo INFOPEN (INFOPEN – Mulheres), em novembro, cinco meses depois. Apesar da falta de algumas informações relevantes, como o número total de mulheres que são mães (um dos assuntos mais urgentes nas penitenciárias femininas), oriunda da falta de um método sistemático que dê a devida relevância ao tema<sup>165</sup>, ainda sim, é louvável a elaboração desse segundo INFOPEN, por dar certa centralidade à questão feminina.

Descasos imperantes na elaboração de tais pesquisas fazem com que diversos pontos importantes para a compreensão da situação das mulheres privadas de liberdade fiquem escamoteadas. Um dos fatos mais importantes trazido pelo INFOPEN–Mulheres, na esfera desse trabalho, é a grande desproporcionalidade de encarceramento

<sup>163</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen. Brasília, DF, 2015. Acesso em: <http://zip.net/bvr6Th>.

<sup>164</sup> BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres. Brasília, DF, 2015. Acesso em: <http://goo.gl/4TqSCV>.

<sup>165</sup> LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla – parte II*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em 12/08/2015. Acesso em: <http://zip.net/bxr7Nx>.

entre homens e mulheres pelo crime de tráfico de drogas. Dentre o total de homens presos, 25% responderam ou foram condenados por este crime, enquanto para elas o número é muito superior, chegando a 68%.

Nesse primeiro momento, então, serão apresentados alguns dos fatores que contribuem para esse primeiro nível da pena, ou seja, que influenciam no cometimento do delito de tráfico de drogas e aplicação da pena.

### *3.1.1. Divisão Sexual do Trabalho*

Como já apontado, às mulheres foram destinadas, ao longo de toda a história ocidental, aos espaços privados, domésticos, subalternos. Tal fato as manteve, por muito tempo, longe dos dispositivos de controle formal, sendo submetidas, principalmente, ao controle informal da família. Como consequência, mesmo que a criminalidade feminina tivesse sempre existido, não era percebida pelo sistema de justiça criminal, sendo deslocada para outros âmbitos de controle. O baixo número de mulheres presas, se comparado ao total de homens, se dá não pelo fato de serem doces ou passivas, mas sim porque, ainda hoje, são outras esferas da sociedade as maiores responsáveis pela domesticação feminina. Em contrapartida, o aumento do controle penal, o recrudescimento da guerra às drogas, a inserção da mulher no mercado de trabalho, aliada a questionamentos dos estereótipos de gênero, têm sido alguns dos fatores responsáveis pela gradual entrada das mulheres no sistema prisional.

O conceito da divisão sexual do trabalho, quando elaborado<sup>166</sup> se reportava a dois aspectos: a divisão que existia em relação ao trabalho doméstico e a distribuição diferenciada entre homens e mulheres no mercado de trabalho<sup>167</sup>. No primeiro ponto, o trabalho doméstico é tido como uma massa imensa de trabalho invisível, desempenhado por mulheres de forma quase compulsória, sem nenhum reconhecimento ou remuneração, em nome de uma suposta obrigação familiar. O espaço doméstico é o espaço reprodutivo destinado às esposas e mães, enquanto o espaço produtivo, público, foi sempre destinado aos homens.

---

<sup>166</sup>O termo “divisão sexual do trabalho” surgiu na década de 1970, na França, em meio à expansão do Movimento Feminista.

<sup>167</sup>HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 604, set./dez. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/TcLMwn>.

O segundo aspecto passa a ser encarado a partir do início de uma inserção mais sistemática das mulheres no mercado de trabalho<sup>168</sup>, de maneira mais tímida durante as Guerras Mundiais e, posteriormente, já nos anos 80, de forma mais notória. Como não podia ser diferente, em uma sociedade patriarcal como a nossa, a inserção dessas mulheres ocorreu em condições desiguais de tratamento, de tempo, de mobilidade, de espaço e de remuneração em relação aos homens. A elas foram destinados os empregos mais precarizados, muitas vezes informais ou em tempo parcial, salários mais baixos e dificuldades de acesso aos direitos trabalhistas<sup>169</sup>. Como visto no primeiro capítulo, o capitalismo, durante a Revolução Industrial, soube se apropriar das desigualdades de gênero a fim de retirar maiores vantagens do trabalho feminino. Dois séculos depois, o sistema capitalista segue se transformando, se adaptando às mudanças e criando novas necessidades, além de continuar extraindo vantagens advindas do preconceito e da diferenciação entre o trabalho desempenhado por um homem e por uma mulher<sup>170</sup>.

A divisão sexual vai tomando novas feições com o objetivo de manter as coisas como estavam. Isso quer dizer que, mesmo com a “conquista do mercado de trabalho” as mulheres permanecem em funções subalternas, muitas vezes ligadas àquela noção de serviços domésticos. Como bem aponta Pierre Bourdieu, é comum que as mulheres se encontrem em funções que são, de certa forma, uma extensão dos cuidados do lar, como enfermeiras, cozinheiras, professoras de ensino infantil e fundamental, etc. Outra face disso são os salários menores para o desempenho das mesmas funções entre homens e mulheres, de acordo com uma pesquisa feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, no Brasil, as mulheres recebem cerca de 30% a menos que os homens de mesma idade e nível de instrução<sup>171</sup>.

Essa inserção da mulher no mercado de trabalho acaba por afastá-la da concepção mais tradicional, em que a mulher assumia por completo o papel doméstico,

---

<sup>168</sup> É sempre importante lembrar que quando se fala da progressiva inserção das mulheres no mercado de trabalho, a partir do século XX, estamos falando apenas das mulheres brancas, pois as mulheres negras já trabalham fora de suas casas desde muito antes. Inclusive, são elas, as mulheres negras, responsáveis por cuidar da casa e filhos das brancas, possibilitando que essas últimas saíssem trabalhar.

<sup>169</sup> BENDLIN, Inaê de Melo; et al. “Opressão e transgressão: o paradoxo da atuação feminina no tráfico de drogas”. Priscilla Placha Sá (org.). *Dossiê: as mulheres e o sistema penal*. Curitiba: OABPR, 2015, p. 150 – 171. Disponível em: <http://goo.gl/06hDM9>.

<sup>170</sup> A divisão sexual do trabalho atua a partir de dois princípios centrais, o da diferenciação (em que existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o da hierarquização (em que o trabalho realizado por um homem é mais valorizado do que o mesmo trabalho desempenhado por uma mulher).

<sup>171</sup> ATAL, Juan Pablo; et al. *New century, old disparities: Gender and ethnic wage gaps in Latin America*. Inter-American Development Bank. IBD Working Paper Series n. 109. Disponível em: <http://goo.gl/WI9Zm2>.

enquanto o homem tratava de prover a casa. O que há hoje é o que se chama de “modelo de conciliação”, nele cabe à mulher conciliar a vida familiar e profissional, como se essa fosse uma condição necessária da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres<sup>172</sup>. Começa a se concretizar a dupla (ou tripla) jornada de trabalho; a liberdade para trabalhar veio acompanhada de mais pesos e responsabilidades para o gênero feminino, que além de cuidar da casa e dos filhos, agora também deve trabalhar fora e ajudar na economia do lar.

O papel que a mulher desempenha dentro das redes de tráfico de drogas segue a lógica que foi se desenvolvendo na divisão sexual do trabalho lícito, reforçando a ideia da atuação feminina em serviços subalternos e a liderança como papel desempenhado por uma figura masculina<sup>173</sup>. Isso porque, é comum que elas desempenhem papéis inferiores e mais desprotegidos como de embaladoras, armazenadoras ou transportadoras de drogas, o que as deixa mais suscetíveis a flagrantes, enquanto os verdadeiros chefes do tráfico geralmente são homens altamente protegidos. Não é à toa que a maioria das detentas trabalhava como “bucha”<sup>174</sup>, “mula”<sup>175</sup>, “vapor”<sup>176</sup>, ou seja, responsável pela venda de drogas no varejo, auferindo lucros mínimos se comparados àqueles percebidos ao final da cadeia de produção. O aumento assombroso do número de presas advém, justamente, da opção de lidar com o assunto das drogas através de políticas criminais que incidem principalmente sobre esses indivíduos (dentre esses uma grande parte feminina) que realizam tarefas de pouca relevância e remuneração no mercado transnacional de drogas<sup>177</sup>.

Um dos locais em que boa parte delas é presa, e que ilustra muito bem a sua posição no tráfico de drogas, é no presídio masculino, em dias de visita. Um ponto a se pensar é o controle autoritário ao qual são submetidas mulheres visitantes, chamado de revista vexatória, em que os/as agentes penitenciários/as inspecionam suas cavidades corporais com o intuito de encontrar drogas ou outros objetos antes das visitantes

---

<sup>172</sup> HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 604, set./dez. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/TcLMwn>.

<sup>173</sup> RAMOS, Luciana de Souza. “Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas”. Dissertação de Mestrado defendida em 2012 na UNB. Disponível em: <http://goo.gl/xLoeWC>.

<sup>174</sup> Pessoa que é presa por estar presente na cena em que são efetuadas outras prisões.

<sup>175</sup> Pessoa que realiza o transporte de droga.

<sup>176</sup> Pessoa que negocia pequenas quantidades de droga no varejo.

<sup>177</sup> LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla* – parte I. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em: 29/07/15. Disponível em: <http://goo.gl/XGTQFK>.

adentrarem o presídio. Controle esse absolutamente inefetivo já que é de conhecimento público que grandes quantidades de objetos “ilícitos” entram nas penitenciárias por diversos outros modos, incluindo através dos/as próprios/as agentes de segurança. No Porém, essa revista se mantém em vários locais como forma controle e humilhação de corpos femininos.

É nesse procedimento, então, que muitas mulheres são presas em flagrante transportando pequenas quantidades de drogas para os homens que se encontram presos. Essa apreensão dentro do sistema prisional resulta, ainda, em um aumento de pena, elevando ainda mais o *quantum* de prisão que nesse crime já é bastante alto. Apesar de reconhecer-se que existem mulheres que ocupam postos de comando no tráfico, elas são exceção, pois esse mundo também é extremamente machista e costuma objetificar as mulheres e relegá-las a posições mais dispensáveis, como esta que acabamos de ver<sup>178</sup>.

Uma pesquisa realizada por Maria Gorete Marques de Jesus e Denise Carvalho, na cidade de São Paulo, levou em conta 923 pessoas que haviam sido presas em flagrante. Nela, das mulheres entrevistadas, 11% haviam sido presas durante revistas na penitenciária, enquanto nenhum homem foi flagrado em tal situação (Anexo 1 e Anexo 2)<sup>179</sup>.

Ou a maconha entrava ou nem o Seguro salvaria seu filho. Experiente visitadora, d. Eliomar acreditou que a maconha protegida pelas cavidades naturais seria invisível ao colete preto (...) De visitadora, a avó agora é habitante. É presa com cadeia alta, a ousadia do flagrante nas partes baixas incomoda; tráfico em área de segurança foi seu artigo<sup>180</sup>.

Outra questão importante, que se liga diretamente à divisão sexual do trabalho, são as motivações, embora algumas vezes não saibam estarem sendo recrutadas para o tráfico de drogas, esse trabalho é visto como uma forma de acesso à renda que a economia formal as nega<sup>181</sup>. A pena infligida às pequenas atividades do tráfico acaba atingindo principalmente as mulheres mais precarizadas, que precisam recorrer à droga

<sup>178</sup> Ibidem.

<sup>179</sup> CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP/Marília. Ed. 9. Maio, 2012, p. 181 e 182.

<sup>180</sup> DINIZ, Debora. *Cadeia: Relatos sobre mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 186.

<sup>181</sup> LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla – parte I*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em: 29/07/15. Disponível em: <http://goo.gl/XGTQFK>.

como uma forma de complemento de renda, com vistas a cumprir com as expectativas sociais de cuidado dos filhos e da casa que lhes são socialmente impostas<sup>182</sup>.

### 3.1.2 A pobreza

Essa realidade repleta de imposições patriarcais é recortada por uma pobreza estrutural mais do que evidente<sup>183</sup>. A clientela favorita do sistema penitenciário se constitui prioritariamente por mulheres de 18 a 34 anos (68% segundo o INFOPEN-Mulheres), que são chefes de família (principalmente mães solteiras), com média de mais de dois filhos com idade inferior a 18 anos e com baixa escolaridade<sup>184</sup>. Além disso, a maioria dessas mulheres é negra<sup>185</sup> e extremamente pobre, segue-se, logicamente, aquele padrão das pessoas atingidas pelo paradigma criminal, ou seja, portadoras de indicadores sociais negativos, excluídas do mercado de consumo e do mercado de trabalho formal.

Na medida em que as mulheres passam a exercer papéis masculinos na esfera pública, sobretudo no mercado informal de trabalho, elas (sobretudo mulheres adultas, jovens, pobres e de cor) tornaram-se mais vulneráveis à secular criminalização seletiva do controle penal, e é precisamente este o processo que está a suceder nesta era do capitalismo patriarcal globalizado sob a ideologia neoliberal. A criminalização patrimonial feminina (pelas mesmas condutas que os (seus) homens são criminalizados (furto, roubo, estelionato e, nuclearmente, ao que tudo indica, tráfico de drogas)) está elevando progressivamente a representatividade das mulheres (e, com elas, partos e crianças) na clientela prisional, o que certamente tem implicações para a identidade androcêntrica do sistema penal<sup>186</sup>.

As regiões fronteiriças do Brasil formam alguns dos principais bolsões de pobreza onde diversos crimes de exploração de seres humanos tomam corpo (tráfico de

<sup>182</sup> Ibidem.

<sup>183</sup> PENITENCIÁRIAS são feitas por homens para homens. Carcerária. Relatório de mulheres presas. Disponível em: <http://goo.gl/GhxQyZ>.

<sup>184</sup> De acordo com o INFOPEN – Mulheres, 62% delas não chegou sequer a concluir o ensino fundamental. Apenas 11% concluiu o ensino médio, enquanto na população brasileira total cerca de 32% das pessoas completou o ensino médio.

<sup>185</sup> 68% de mulheres negras, contra 31% de brancas, segundo o INFOPEN – Mulheres.

<sup>186</sup> ANDRADE, Vera Regina Pereira de. *Pelas mãos da criminologia* O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

peessoas, exploração sexual, trabalho escravo)<sup>187</sup>. Nessas zonas de extrema pobreza, o tráfico de drogas é apenas mais um dos ramos do crime que explora a mão de obra barata de mulheres jovens e adultas<sup>188</sup>. Como estão em situação de extrema vulnerabilidade social e sendo, comumente, as únicas responsáveis pelo sustento familiar<sup>189</sup>, os crimes relacionados às drogas aparecem como uma das poucas possibilidades financeiras ou de complemento de renda. Além disso, os delitos de tráfico, por poderem muitas vezes ser realizados dentro de casa, permitem uma maior flexibilidade para aquelas que precisam cuidar de seus filhos ou/e conciliar com outra ocupação.

A prisão é uma experiência em família para muitas mulheres no Brasil, não apenas para Ieda, Marta e Márcia. Em geral, é gente esmagada pela penúria, de áreas urbanas, que buscam o tráfico como sustento. São, na maioria, negras e pardas, abandonadas pelo companheiro e com ensino fundamental incompleto<sup>190</sup>.

Apesar de todos os “*poréns*” até aqui listados, o tráfico pode ser considerado como um locus de exercício de relativa autonomia, mesmo que bastante reduzida, que permite à mulher um subsídio financeiro mais consistente, bem como, eventualmente, alguma forma de destaque ou proteção<sup>191</sup>. Em países de capitalismo periférico como o Brasil, onde as mulheres pobres têm pouca ou nenhuma possibilidade de emancipação social, o tráfico de drogas se apresenta como alternativa viável. Há aqui o encontro das opressões de gênero, raça e classe, em que, mesmo existindo uma esfera diminuta de autonomia individual, não torna possível que se ignore o contexto de violência generalizada e o número reduzido de oportunidades que essas mulheres devem enfrentar.

<sup>187</sup> MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Pesquisa Enafron: Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. 2013.

<sup>188</sup> SOUZA, Lais Luz de. *As consequências do discurso punitivo contra as mulheres "mulas" do tráfico internacional de drogas: ideias para a reformulação da política de enfrentamento às drogas no Brasil*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em dezembro de 2013. Disponível em: <http://goo.gl/m9gSIH>, p. 8.

<sup>189</sup> Nas periferias do Brasil, o abandono dos companheiros, bem como a morte dos mesmos em confronto com a polícia ou grupos criminosos, torna cada vez mais comum o retrato da mulher pobre e mãe solteira.

<sup>190</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 63.

<sup>191</sup> SOUZA, Lais Luz de. *As consequências do discurso punitivo contra as mulheres "mulas" do tráfico internacional de drogas: ideias para a reformulação da política de enfrentamento às drogas no Brasil*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em dezembro de 2013. Disponível em: <http://goo.gl/m9gSIH>.



### 3.1.3 Aplicação da pena

Sendo a política criminal de combate às drogas voltada ao encarceramento de pequenos/as vendedores/as do varejo, a decorrência lógica é que a maioria das mulheres é presa com uma quantidade muito pequena de substâncias entorpecentes. Porém, essas pequenas gramas não se refletem na redução da pena, pelo contrário, ela é aplicada de maneira completamente desproporcional e rigorosa. Com a multiplicação dos tipos penais, principalmente em leis extravagantes, não é possível encontrar uma lógica na aplicação de penas, de modo que, por exemplo, a pena mínima para o crime de homicídio simples (art. 121, *caput* do CP) é de seis anos, enquanto a pena mínima para o tráfico de drogas (art. 33, *caput* da Lei 11.343/06) é de cinco anos. Paradoxalmente, a pena do tráfico de entorpecentes é maior do que a pena do tráfico internacional de pessoas (art. 231 do CPP) que é de três anos, do qual as maiores vítimas são as mulheres pobres, além disso, não é considerado crime hediondo.

O confuso bem jurídico da “saúde pública” é tão relevante assim para nossa sociedade ao ponto de poder ser praticamente equiparado à vida humana? Ou essa é simplesmente a resposta mais adequada à política criminal higienista de combate às drogas?

A hediondez do crime de tráfico de entorpecentes aumenta, ainda mais, o inchaço do sistema penitenciário e a desproporcionalidade das penas, já que para a progressão de regime é necessário o cumprimento de  $\frac{2}{5}$  da pena para primários/as e  $\frac{3}{5}$  para reincidentes (art. 2º, § 2º da Lei 8.072/900), bem como é necessário  $\frac{2}{3}$  para o livramento condicional, caso não seja reincidente específico em crimes hediondos (art. 83, V do CP). O que claramente dificulta e prolonga, ainda mais, a passagem pelo cárcere.

No “sistema” encontramos uma quantidade imensa de mulheres que mesmo sendo primárias e portando pouca quantidade de drogas, ainda sim recebem penas bastante severas<sup>192</sup>. Porém, essa severidade não é decorrente apenas do caráter autoritário da Lei de Drogas, mas também de uma sobrepenalização realizada pelo judiciário, que é reflexo daquilo que chamamos de “dupla desviância”. Como na

<sup>192</sup> ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. *Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas em Brasil: Las muchas caras de la violencia contra las mujeres*. Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati. V. 5, n. 2, 2015 – Violencia de género: intersecciones, p. 395.

aplicação da pena pelo crime de tráfico de drogas uma alta carga de subjetivismo judicial já é comum<sup>193</sup>, além dos estereótipos utilizados também para os homens (cor da pele, região onde mora, classe social, etc.) no julgamento de mulheres é adicionado um *plus* decorrente dos estigmas do gênero. Nesse aspecto, se verificará que a “criminosa” deixou de cumprir os papéis que lhes são impostos, pois “nega o mito do feminino deificado, torna-se a sua antítese, a sombra da mulher santa e mãe”<sup>194</sup>, recebendo, por isso, uma penalização adicional. A dupla desviância diz respeito, então, à pena recebida pelo cometimento do delito e à pena recebida pelo descumprimento dos papéis de gênero. Assim, mesmo delinquindo em escala bem menor, a mulher tem sua punição majorada pelos preconceitos do imaginário social<sup>195</sup>.

A pesquisadora Marília Montenegro Pessoa de Mello, responsável por coordenar um levantamento encomendado pelo CNJ acerca das meninas que se encontram recolhidas em unidades para jovens infratoras, informou que mesmo nessas situações há uma sobrepenalização do feminino. Em suas palavras “as meninas são internadas por questões menores do que os meninos, e às vezes ficam mais tempo do que eles. Acontece de a menina ser internada junto com um irmão ou um companheiro. E muitas vezes elas têm um papel secundário no crime. Mesmo assim eles conseguem sair antes delas”<sup>196</sup>. A pesquisa de Denise de Carvalho e Maria Gorete de Jesus também aborda essa questão e, de acordo com dados fornecidos, as mulheres recebem penas mais altas que os homens (Anexo 3).

Pelos dados, observa-se que os homens receberam mais penas de 1 ano e 8 meses (42% dos casos), sendo que apenas 24% das mulheres receberam esse tipo de pena, uma diferença de 20% entre eles. As mulheres foram condenadas com penas acima de 1 ano e 8 meses até 3 anos em 27% dos casos, enquanto os homens foram condenados com essas penas em 16% dos casos, uma diferença de 11%. Acima de 5 a 7 anos a diferença é pequena entre ambos, sendo 31% de casos correspondentes aos homens e 29% às mulheres. Pena acima de 7

<sup>193</sup> Art. 27 da Lei 11.343/06: § 2º Para determinar se a droga destinava-se a consumo pessoal, o juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente.

<sup>194</sup> SOUZA, Kátia O. J. de. *A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 4, p. 649-657, out./dez. 2009, p. 653. Disponível em: <http://goo.gl/t6svC9>.

<sup>195</sup> ANTONY, Carmen. *Mujeres invisibles: las cárceles femeninas en América Latina*. Nueva Sociedad, n. 208, mar./abr. 2007. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3418\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3418_1.pdf)>.

<sup>196</sup> CONHEÇA o dia a dia das meninas infratoras no Brasil. Revista Exame. Publicado em: 28/05/2015. Disponível em: <http://goo.gl/zxOuNw>.

anos, as mulheres foram condenadas em 11% dos casos e os homens em 3% deles<sup>197</sup>.

Ainda, de acordo com o INFOPEN – mulheres, com relação ao tipo de estabelecimento conforme a destinação originária, tirando as pessoas presas provisórias que se encontram em regime fechado sem condenação, 24% das mulheres foi condenada a cumprir pena em regime fechado, contra 20% dos homens.

Além da pena, uma pesquisa do Tecer Justiça<sup>198</sup> concluiu que o prazo entre a prisão em flagrante e a primeira audiência de instrução é de 109 para réus homens e de 136 para mulheres<sup>199</sup>. O que acaba demonstrando um embrutecimento e um despreparo ainda maior do sistema de justiça criminal com relação às mulheres encarceradas.

### 3.2 Criminosas (não) amam

*Maria Aparecida tem 57 anos,  
20 filhos, 19 netos,  
5 bisnetos  
e nenhuma visita.*

Naná de Queiroz – Presos que mestruam

O segundo nível da penalização diz respeito à destruição dos laços de afeto e amor pela qual passam as mulheres privadas de liberdade. Elas sofrem com um abandono progressivo, intimamente ligado às crenças sobre o papel adequado ao feminino. A transição da mulher-mãe para a mulher criminosa é marcada por um desamparo imenso proveniente das/os juízas/es, do corpo de funcionárias/os e, especialmente, da família<sup>200</sup>.

<sup>197</sup> CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. *Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo*. Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP/Marília. Ed. 9. Maio, 2012, p. 189.

<sup>198</sup> Realizado pelo ITTC e pela Pastoral Carcerária.

<sup>199</sup> LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla – parte II*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em 12/08/2015. Acesso em: <http://zip.net/bxr7Nx>.

<sup>200</sup> Ibidem.

### 3.2.1 Maternidade

A maternidade é um dos maiores problemas enfrentados pelo sistema penitenciário, pois de um lado a criança tem direito de permanecer sob os cuidados da mãe e de outro, não há como negar, a privação de liberdade dessa criança incorre em uma pena sem culpa. Nenhuma dessas duas possibilidades parece satisfatória (permanecer presa com a mãe, ou livre sem ela) e apesar da Lei de Execuções Penais prever a possibilidade de determinação de prisão domiciliar, essa é poucas vezes aplicada, a regra é que – quando há possibilidade – as crianças permaneçam na creche ou berçário da instituição prisional até determinada idade<sup>201</sup>.

Com relação a esse aspecto, os dados trazidos pelo INFOPEN - mulheres são avassaladores, pois das Unidades Femininas, 49% não possuem dormitórios adequados para gestantes (17% não informaram), 48% não possuem berçário (20% não informaram) e 76% não contam com creche (19% não informaram). Todavia, nas penitenciárias mistas o cenário é ainda pior, 90% não tem dormitórios adequados para gestantes (4% não informaram), em 86% não há berçários (11% não informaram) e com relação à creche não há notícia de que alguma possua. Ou seja, há um completo descaso – inconstitucional e ilegal – com o direito tanto das mães quanto dos bebês de permanecerem juntos por um período mínimo e em condições dignas.

No Paraná, por exemplo, grande parte das mulheres grávidas é trazida para as penitenciárias localizadas em Piraquara, por serem as únicas com uma mínima estrutura para essas situações. Assim, as mulheres grávidas são transferidas para o Complexo Médico-Penal do Paraná (CMP) e após o nascimento da criança são enviadas à Penitenciária Feminina do Paraná (PFP), a única que possui creche, no Estado todo, com capacidade para 40 crianças.

---

<sup>201</sup> Com relação à idade há diversas normativas diferentes, a Constituição Federal prevê, em seu art. 5º, L, que as mulheres privadas de liberdade poderão permanecer com seus filhos durante o período de amamentação. Já a Lei de Execuções Penais postula, no art. 89, que as crianças poderão permanecer até os 7 anos nas instituições penitenciárias. Como nenhuma das normativas prevê um período exato, o Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária estabeleceu, na Resolução n. 3, que os filhos de apenadas devem ficar com as mães pelo período mínimo de um ano e seis meses. Posteriormente, deve-se iniciar o procedimento gradual de separação e adaptação da criança à família que o acolherá durante o cumprimento do restante da pena da mãe, processo que deverá levar mais seis meses. No entanto, essa é uma realidade que está muito longe de vários presídios femininos.

Diante disso, o que geralmente acontece é que muitas mães, ao serem transferidas, acabam afastando-se dos/as filhos/as que estão fora da prisão, diminuindo ou acabando completamente com o contato entre eles/as. Algumas mulheres preferem não ficar com a criança recém-nascida nem mesmo pelo tempo mínimo, justamente, para não ficarem tão afastadas das outras crianças. De acordo com um levantamento realizado pelo grupo Mulheres pelas Mulheres de Curitiba, pelo menos 36% das mulheres encarceradas no Presídio Central Estadual Feminino de Piraquara eram de outras cidades (para além de Curitiba e Região Metropolitana) (Anexo 4). Já na Penitenciária Feminina do Paraná, 60% das mulheres vêm de outras localidades<sup>202</sup> (Anexo 5). As proporções se mostram tão diferentes, justamente, porque a PFP é a única a possuir creche.

Com o afastamento da mãe do lar, quando não há outros familiares que cuidem dos/as filhos/as, o Conselho Tutelar aparece como um dos braços do sistema penal. De acordo com a Pastoral Carcerária, na cidade de São Paulo, apenas 19,5% dos pais assumem a guarda das crianças, os avós maternos se responsabilizam em 39,9% dos casos, 2,2% deles vão parar em orfanatos, 1,6% são presos e 0,9%, internados em reformatórios juvenis<sup>203</sup>.

O destino das mães é decidido em varas criminais e das crianças, em varas de infância e juventude. Esses dois departamentos da justiça brasileira não estão conectados, ainda, por nenhum sistema informatizado. Assim, cada causa segue tramitando como se a outra não existisse (...) Durante o processo, os fóruns enviam intimações para o endereço dos pais que tem registrados em seus arquivos. Essas cartas chegam às antigas casas das presas e ficam mofando nas caixas de correio. Elas nunca descobrem que foram convocadas a depor e manifestar interesse por manter seus filhos e faltam às audiências. O Estado entende ausência como desinteresse e mergulha criança no burocrático e ineficiente sistema de abrigo de adoção<sup>204</sup>.

Ainda, se boa parte das mulheres decide cometer delitos patrimoniais para conferir aos familiares melhores condições de vida, seu aprisionamento gera impactos devastadores na economia familiar, deixando crianças e outros dependentes em condições de miserabilidade ainda piores, gerando um círculo vicioso de pobreza e criminalidade. Nesse sentido, a Pastoral Carcerária também informa que 58% das presas

<sup>202</sup> Esse levantamento foi realizado em julho de 2014 e foram entrevistadas 224 mulheres.

<sup>203</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 94.

<sup>204</sup> Idem, p. 95.

que trabalham nas prisões enviam dinheiro para família; já entre os homens a porcentagem é de 27%, ou seja, praticamente metade<sup>205</sup>.

### 3.2.2 *Visitas*

Outra faceta do abandono encarado pelas mulheres diz respeito às visitas, pois se de um lado para os homens existem “filas de perder de vista<sup>206</sup>” nos dias de visita, grande parte das mulheres não recebe nenhuma durante todo o tempo de prisão. Alguns fatores contribuem para essa realidade: (i) a não aceitação por parte da família da conduta delituosa (o que não é um empecilho tão grande no caso dos homens, pois crime parece ser “naturalmente” masculino); (ii) a distância, pois como o número de presídios femininos é reduzido (ainda mais as penitenciárias-maternidade) as presas são deslocadas para locais distantes do seu local de origem; (iii) a pobreza na qual as famílias são deixadas dificulta ainda mais o deslocamento de uma cidade para a outra, ou até mesmo dentro da própria cidade; (iv) os dias de visita em algumas penitenciárias são durante a semana, o que impede que as pessoas que trabalham e/ou estudam possam comparecer com certa regularidade ao presídio; (v) a revista vexatória também atua como uma grande inibidora das visitas, inclusive, é comum que as próprias presas solicitem aos familiares que não venham com tanta frequência para não se submeterem a esse tipo de abuso.

Uma das consequências desta deterioração de vínculos afetivos é o desenvolvimento de uma forte dependência da mulher presa para com a unidade prisional na qual ela se encontra, seja com relação às outras internas, ou com o corpo de funcionários/as, o que aprofunda a “vulnerabilidade de sua posição na lógica interna das unidades prisionais<sup>207</sup>”. O documentário “*A rua e o cárcere*<sup>208</sup>” da diretora gaúcha Liliana Sulzbach, que narra um pouco da história de três presas, mostra exatamente isso, o medo que elas possuem em sair do regime fechado. O que se percebe é que, com afastamento de todas as pessoas com as quais elas eram ligadas antes da condenação, a

---

<sup>205</sup> Ibidem, p. 170.

<sup>206</sup> Termo usado por uma detenta em uma das visitas que fizemos à PFP esse ano.

<sup>207</sup> RELATÓRIO sobre mulheres encarceradas no Brasil. ASBRAD. Publicação: fevereiro de 2007. Disponível em: <http://goo.gl/YelzL1>.

<sup>208</sup> O CÁRCERE e a rua. Direção: Liliana Sulzbach. Fotografia: Sadil Breda. 80 min. Disponível em: <https://goo.gl/dIj14I>.

rotina e amizades do presídio acabam se tornando uma nova fonte segurança para elas, de modo que pensar no mundo extramuros as causa diversos receios, dentre eles, a solidão. Inclusive, em um determinado momento do documentário, a interna Betânia, que já se encontra no regime semiaberto, demonstra um real interesse em voltar ao regime fechado.

Quando uma mulher é presa, a história corriqueira é: ela perde o marido e a casa, os filhos são distribuídos entre familiares e abrigos. Enquanto o homem volta para o mundo que já o espera, ela sai e tem reconstruir o seu<sup>209</sup>.

Nos relatos feitos pelas mulheres presas em Piraquara, o que se nota é que o abandono por parte do companheiro é quase uma constante, raras são aquelas que testemunham sobre a manutenção de um relacionamento após a prisão. Já nas filas da penitenciária masculinas constata-se uma maior fidelidade, pois diversas companheiras, esposas, namoradas, comparecem semanalmente para o encontro de seus amados. O que nos leva a outro aspecto, ainda mais delicado, a visita íntima.

A visita íntima ainda é revestida por um imenso tabu, sendo bastante dificultada em grande parte dos presídios femininos, enquanto nos masculinos tal visita é vista como atenuante da violência do homem. Como aponta a repórter Nana de Queiroz, por detrás dos empecilhos está uma alta dose de sexismo, em que se nega que as mulheres também podem querer manter relações sexuais. Além disso, há o temor de que estas mulheres engravidem, onerando ainda mais o Estado<sup>210</sup>. Esses fatores contribuem para a quebra dos laços entre as mulheres e seus companheiros e para a manutenção do controle do Estado sobre o corpo e sexualidade delas. A prisão atua normalizando os corpos dessas mulheres, buscando docilizá-los, castrá-los, enfim, tem como uma de suas finalidades fazer com que as mulheres passem a agir de acordo com o papel socialmente atribuído a elas e a negação do prazer erótico é um meio para esse fim. Nesse sentido, a prisão aparece como um substitutivo dos controles informais, buscando reconstituir a imagem da mulher santa, pura, virgem. A religiosidade, inclusive, é bastante presente dentro da penitenciária, por meio da desta as internas se apegam profundamente ao sentimento de culpa e buscam o perdão e a reconciliação com d'us. Algumas mulheres sentem isso tão profundamente que chegam a justificar suas injustas prisões ou altas

<sup>209</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam*: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 77.

<sup>210</sup> COMO é a vida nas prisões femininas no Brasil. Diário do Centro do Mundo. Publicado em 07/08/2013. Disponível em: <http://goo.gl/bV4nfV>.

penas através de argumentos puramente morais, que não possuem qualquer vínculo com os delitos cometidos ou não por elas.

Eu não mandei matar o Wanderley, mas hoje eu tenho certeza que estou presa para pagar pelo adultério. Porque se não acontecesse isso, eu também não ia parar (...) se eu saísse impune, de repente, eu não teria nunca paz na minha vida<sup>211</sup>.

### 3.3 De homem para homem: *prisão*

*Não serei livre enquanto outra mulher for prisioneira,  
mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.*

Audre Lorde

Por fim, o terceiro aspecto da condenação é o androcentrismo presente nas instituições prisionais. A inserção tardia da mulher no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida pública também foi impactada pelo fato de os espaços públicos já constituídos haviam sido estruturados para receber e atender às necessidades masculinas, dentre eles, a própria prisão. As penitenciárias femininas são, geralmente, adaptações (quando são adaptadas) de prisões masculinas e nem de longe atendem as necessidades delas, desde a estrutura até os serviços fornecidos. As configurações encontradas nas prisões masculinas são utilizadas como modelos, referências, que contribuem para formatar profundamente as perspectivas de prisões femininas<sup>212</sup>.

A penitenciária do Tremembé foi planejada para homens. Seus banheiros são masculinos, suas instalações são masculinas, seus uniformes são masculinos<sup>213</sup>.

Como a população carcerária feminina é pequena se comparada à masculina, essa desculpa é frequentemente utilizada para se justificar que suas necessidades

<sup>211</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens* – nas prisões brasileiras. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 55.

<sup>212</sup> CUNHA, Manuela Ivone P. da. “Gendered knowledge, gendered prisons, gendered identities: Women’s imprisonment and the shifting relevance of gender. In: *Género y sistema penal: Una perspectiva internacional*. SKULJ, Agustina (coord.). Universidade de Coruña: Granada, 2010, p. 113 - 118.

<sup>213</sup> Idem, p. 195.



específicas permaneçam em segundo plano nas políticas penitenciárias<sup>214</sup>. Todavia, essa omissão de formulações a partir das necessidades particulares das mulheres, no que tange às prisões, está distante de ser apenas uma questão de peso demográfico relativo. Essa disparidade entre as prisões masculinas e femininas marca a própria assimetria que se evidencia no debate teórico sobre reclusão, debate esse impregnado da lógica da dominação simbólica masculina. Uma observação histórica sobre os estudos prisionais demonstra como a reclusão masculina sempre estabeleceu os parâmetros desse debate, arrogando para si a noção universalista<sup>215</sup>.

### 3.3.1 Estrutura

Dentre os problemas mais sérios de todas as Unidades Prisionais, sejam elas masculinas ou femininas, diz respeito à estrutura física, com instalações superlotadas, insalubres, infestadas de pestes transmissoras de doenças (como ratos e baratas), com má ventilação, etc. Além de todos esses problemas inerentes a praticamente todas as prisões brasileiras, a falta de adaptação específica para o gênero feminino gera toda uma nova gama de complicações.

As mulheres presas estão divididas, de um modo geral, entre unidades exclusivamente femininas (7% - 103 estabelecimentos) e unidades mistas (17% - 239 estabelecimentos), o que significa que a maior parte das mulheres está hoje em estruturas mistas<sup>216</sup>, como já demonstrado com relação às instalações de maternagem, as prisões mistas são ainda piores para as mulheres.

O que eles chamam de presídios mistos, na verdade, são presídios masculinamente mistos (...) Se não tem lugar onde colocar mulheres, as botam no castigo, ou seja, o pior lugar da cadeia. Até estrutura dos presídios é feita para homens. Os banheiros, por exemplo, são chamados de "bois", que são buracos no chão. Imagine uma grávida se agachando num lugar desses?<sup>217</sup>

<sup>214</sup> CUNHA, Manuela Ivone P. P. da. "A reclusão segundo o gênero: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade", in *Educar o Outro: As Questões de Gênero*, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas, Coimbra, Publicações Humanas: p.81. Disponível em: <http://migre.me/sbr1Q>.

<sup>215</sup> Idem, p. 82.

<sup>216</sup> Esse dado é trazido pelo INFOPEN – mulheres, na página 5, porém, não é especificado o número absoluto de mulheres em cada tipo de unidade, para que assim se tivesse clareza de que há, de fato, um maior número delas em prisões mistas.

<sup>217</sup> QUEIROZ, Nana. *Presas que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 133.

Nem todas as prisões mistas possuem alas e tratamento diferenciado para homens e mulheres e a consequência disso é extremamente grave, com situações de estupro e abusos psicológicos<sup>218</sup>. Além disso, diversos estabelecimentos penitenciários têm um déficit de recursos humanos, de modo que acabam valendo-se de “contingente masculino para exercer as funções operacionais da casa, deficiência que proporciona uma maior vulnerabilidade, por parte das detentas, à ocorrência de abusos sexuais<sup>219</sup>”. Nessas situações não só há uma assimetria de gêneros, mas também funcional o que obstaculiza ainda mais que as denúncias sejam feitas, ou que processos administrativos e criminais sejam levados adiante.

### 3.3.2 Saúde e higiene pessoal

Um grande grupo de mulheres que entra no sistema carcerário está submetido a algum tratamento de saúde que é prematuramente interrompido, pois na prisão se nega o acesso sistemático a médicos e medicação adequada<sup>220</sup>. Além disso, não há dúvidas que as mulheres possuem necessidades particulares, principalmente ligadas à saúde reprodutiva. Necessidades essas que também são diferentes de acordo com a idade, pois uma jovem, uma gestante e uma idosa, por exemplo, possuem demandas completamente diferentes, que costumam ser ignoradas nesses locais.

Serviços básicos de atendimento à saúde reprodutiva como, por exemplo, exames de papanicolau e mamografia, são muito raramente disponibilizados, além de inexistir atenção médica adequada antes e depois do parto<sup>221</sup>. Observando o INFOPEN se compreende essa dificuldade de acesso, pois existem apenas 37 médicas/os ginecologistas no país todo para atender as mais de 37 mil presas. Diversos estados como Alagoas, Amazonas, Goiás, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe, Tocantins, não possuem nenhum/a médico/a ginecologista.

<sup>218</sup> PENITENCIÁRIAS são feitas por homens para homens. Carcerária. Relatório de mulheres presas. Disponível em: <http://goo.gl/GhxQyZ>.

<sup>219</sup> ANTONY, Carmen. *Mujeres invisibles*: las cárceles femeninas en América Latina. Nueva Sociedad, n. 208, mar./abr. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/Fu2jOm>.

<sup>220</sup> LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas*: Uma sentença tripla – parte II. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em 12/08/2015. Acesso em: <http://zip.net/bxr7Nx>.

<sup>221</sup> Ibidem.

Sobre essa temática, a recente decisão de uma juíza do Rio de Janeiro (estado que, como visto, não possui qualquer profissional ginecológico), negando a contratação de dois/duas médicos/as ginecologistas para as presas do estado, gerou um grande desconforto entre diversos grupos feministas e de defensores/as de direitos humanos. Isso porque, a magistrada embasa sua decisão no princípio da isonomia, pois como não haveria atendimento ginecológico à população que está fora do sistema prisional, essa contratação acarretaria em um “privilegio” das presas em detrimento da sociedade livre.

Ocorre que tais serviços públicos não estão disponíveis à população fora do sistema prisional, de modo que um provimento judicial positivo seria inconstitucional, por violar a isonomia<sup>222</sup>.

Em vocabulário simples e claro a advogada Maíra Fernandes (representante da seccional OAB – RJ) manifestou-se com relação à decisão: “Quando a pessoa é presa, fica sob a responsabilidade do Estado para tudo. Não existem pessoas de categoria inferior, presos não valem menos que outros humanos. A mulher presa vai ter que fazer exames ginecológicos. Ela não foi condenada a contrair doenças, foi condenada à prisão, não à pena de morte<sup>223</sup>”.

Outro aspecto complicadíssimo diz respeito ao parto, não são raros os casos em que as mães dão à luz dentro de seus cubículos, viaturas policiais e até mesmo nos “banheiros” da prisão, sem qualquer assistência médica. O parto é encarado muito mais a partir de uma perspectiva de segurança do que de saúde, diante disso inúmeras mulheres o vivenciam algemadas pelas mãos e pés<sup>224</sup>. E, em tempos em que precisamos defender o óbvio, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro aprovou, no início de novembro deste ano, em primeira discussão, um Projeto de Lei que proíbe que mulheres e meninas grávidas sejam algemadas durante o parto no sistema prisional e socioeducativo no Rio de Janeiro. Porém, a pergunta que fica é: e quando foi permitido?

As enfermarias que existem, geralmente, dentro do sistema penitenciário, não tem estrutura para suprir todos os cuidados especiais que uma gestante demanda, o que restringe o atendimento pré-natal a poucas consultas no ambulatório. Assim, mulheres em estágios avançados de gestação que não realizaram nenhuma ecografia são figuras

<sup>222</sup> BACELAR, Carina. *Juíza nega mais ginecologistas para presas e gera polêmica no Rio*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Publicado em: 08/10/2015. Disponível em: <http://goo.gl/a1cVAh>.

<sup>223</sup> Idem.

<sup>224</sup> PENITENCIÁRIAS são feitas por homens para homens. Carcerária. Relatório de mulheres presas. Disponível em: <http://goo.gl/GhxQyZ>.

recorrentes. A Lei de Execuções Penais foi alterada com vistas a garantir “acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido” (LEP, art. 1º, § 3º), todavia, uma lei sozinha não tem o condão de alterar a realidade.

Por fim, o último ponto a ser tratado diz respeito à higiene nos presídios femininos, pois existe a queixa recorrente de que o kit disponibilizado não é suficiente para todo o período e, como muitas mulheres não recebem apoio financeiro da família, precisam desenvolver outras formas de aquisição dos materiais (trabalhando para outras presas, fazendo trocas, concessões, etc.). A partir do livro *Presas que Menstruam* da jornalista Nana de Queiroz, o país inteiro tomou conhecimento de que uma presa, diante da falta de absorvente, utilizou miolos de pão para conter o sangramento. Essa notícia gerou uma grande comoção e vários grupos de pessoas (principalmente grupos feministas) passaram a arrecadar absorventes para doar às penitenciárias femininas espalhadas pelo Brasil. Não foi menos chocante quando a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) do Rio de Janeiro recusou a doação do material, justificando que não seria necessária.

A pouca quantidade de absorventes não se justifica somente pela falta de verba, mas precisa ser compreendida dentro de um quadro maior, para fazer ver as violências cotidianas às quais essas mulheres estão submetidas. Sendo importante não deixar de visualizar que essa negação de dignidade faz parte de uma lógica de tortura extrema, na qual é colocada em prática a utilização de fluídos e excrementos do corpo como método de castigo<sup>225</sup>. Não se trata de reconduzir as mulheres aos supostos problemas “de mulheres” como a menstruação e a maternidade, mas de notar-se que é justamente nesses fatores em que se costumam dividir homens e mulheres, o cultural e o natural, que as maiores violências têm sido perpetradas contra elas.

---

<sup>225</sup> PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre o mofado miolo de pão*: carta a uma aluna. Universidade Livre Feminista. Publicado em: 19/08/15. Disponível em: <http://feminismo.org.br/18963/>.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Esse crime,  
o sagrado crime de ser divergente,  
nós o cometeremos sempre.*

Pagu

A dificuldade de concluir um trabalho como esse em que se pensa sobre questões tão estruturais de nossa sociedade, como as permanências do patriarcado e a manutenção da luta de classes (sem dúvida, em uma nova configuração), é, evidentemente, a falta de uma resposta fácil. Nesse sentido, é inevitável que se aponte para um norte – mesmo que utópico – e que nessa direção se continue caminhando.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar (Fernando Birri).

A dilatação do aprisionamento de mulheres por tráfico de drogas é uma realidade mundial e atende parâmetros específicos na América latina, por ser região de capitalismo periférico suas cidadãs e cidadãos sofrem uma maior gama de opressões, não só própria de seus países, mas também da pressão exercida pelos países centrais. De acordo com a Comissão Latino-Americana sobre Drogas e Democracia, o combate às drogas liderado pelos Estados Unidos, atua exclusivamente sob o âmbito da repressão da produção e da venda, deixando completamente de lado as políticas – não penais – para atenuar o consumo, como, por exemplo, as políticas europeias de redução de danos a partir da legalização. Políticas essas que deveriam se refletir também na esfera do sistema penitenciário e sob um viés de gênero<sup>226</sup>.

O que se constata dia após dia, com o crescimento de pessoas mortas, feridas e presas, é que política criminal de guerra às drogas fracassou em seu objetivo declarado, que seria o de acabar com o uso de entorpecentes. Porém, foi bem sucedida em seus

---

<sup>226</sup> SOUZA, Lais Luz de. *As consequências do discurso punitivo contra as mulheres "mulas" do tráfico internacional de drogas: ideias para a reformulação da política de enfrentamento às drogas no Brasil.*

objetivos (nem tão) ocultos de trancafiar ou aniquilar aquelas/es que incomodam o sistema classista e androcêntrico. Se a práxis é o critério da verdade, a verdade do sistema penal está em seu cotidiano, que tem como função produzir e reproduzir, material e ideologicamente, as desigualdades e assimetrias sociais (de classe, de gênero e de raça)<sup>227</sup>. Entendendo assim o sistema penal como intrinsecamente desigual e defensor dos interesses historicamente determinados das classes detentoras de poder, é importante que lancemos mão de estratégias do abolicionismo penal com fins de atenuar essa exploração dos/as mais marginalizados/as. Dentre essas estratégias a descriminalização e, para fins desse trabalho, especificamente, a descriminalização e legalização do uso das drogas.

Demonizar as drogas, como o que ocorre em diversas partes do mundo, acaba gerando um círculo vicioso. A hediondez do crime faz com que o judiciário, geralmente, endosse as escolhas feitas pela polícia, enquanto a adesão popular ao discurso criminalizador avaliza a postura dos/as juízes/as que optam por manter em prisão provisória a grande maioria dos/as acusados/as de tráfico, não importando a ínfima quantidade ou o impacto dessa prisão na vida de crianças ou outros dependentes<sup>228</sup>. Exemplo gritante dessa realidade foi demonstrado por uma pesquisa realizada pela Associação pela Reforma Prisional (ARP), em que se constatou que em 98% dos casos de suspeita de tráfico, os juízes cariocas optam por manter as prisões em flagrante. Sendo essa porcentagem superior a de homicídio, que se mantém em 93% dos casos<sup>229</sup>. Enfim, toda essa imagem monstruosa criada sobre das drogas e traficantes de drogas precisa ser desconstruída, tendo-se como norte a descriminalização dessa conduta, que demarcará não só a autonomia individual de poder escolher entre o consumo ou não de substâncias psicotrópicas, mas, principalmente, colocar-se-á um basta nessa guerra à pobreza legitimada por políticas de Estado.

Achava charmoso ser fora da lei, mas ele mesmo não tinha muita coragem de sê-lo. Vivia nas beiradas do sistema. Perdera a família cedo, fora viver na rua e vivia indo e voltando da casa de amigos e de abrigos para sem-teto. No fundo, o que admirava mesmo era quem

<sup>227</sup> ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia: O controle penal para além da (des)ilusão*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012, p. 136.

<sup>228</sup> LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla – parte II*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em 12/08/2015. Acesso em: <http://zip.net/bxr7Nx>.

<sup>229</sup> Idem.

tinha coragem de se rebelar contra essa sociedade que o havia cuspidos para fora<sup>230</sup>.

Enquanto a descriminalização não acontece, uma estratégia que deve fazer-se valer, no caso da prisão de mulheres, é aquela proveniente das Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok)<sup>231</sup>, das quais o Brasil é signatário. As Regras de Bangkok foram desenvolvidas no sentido tirar as necessidades específicas do feminino encarcerado das sombras, colocando-as ao lado das Regras Mínimas para o Tratamento do Preso e as Regras Mínimas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Regras de Tóquio). Dentre suas diversas considerações, as Regras de Bangkok amparam questões de presas usuárias de drogas, mães, estrangeiras, garantem o direito à saúde física e mental e, também, à manutenção dos laços afetivos e familiares.

A segunda regra, por exemplo, garante que antes de ser presa a mãe poderá definir com quem ficarão as crianças, podendo ter a prisão suspensa até que essa dificuldade seja resolvida. Já a terceira regra postula que informações acerca da situação dos/as filhos/as devem ser incluídas nos prontuários das mulheres privadas de liberdade. Essa regra parece óbvia ou até banal, porém, em um país em que a realidade das crianças é ignorada, é comum que nem mesmo conste no Boletim de Ocorrência a existência delas, ficando completamente abandonadas quando suas mães vão presas. Além disso, as Regras obrigam o Estado a se responsabilizar pela visita das crianças, para que essas não percam os vínculos com suas mães.

Obviamente que, da mesma forma que qualquer outra legislação, as Regras de Bangkok não produzem efeitos por si só, mas funcionam com instrumento de pressão política para que exijamos do Estado um tratamento digno às mulheres privadas de liberdade. Enfim, essas regras são relevantes porque ainda faz parte da realidade brasileira mulheres que dão a luz com os membros algemados, porque as penas aplicadas são desproporcionais, porque os/as pequenos/as ficam desamparados e são mergulhados em instituições de adoção, porque as mulheres encaram preconceito de

---

<sup>230</sup> QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015, p. 242.

<sup>231</sup> ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok)*. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/lj1w2j>.

gênero (também de classe e raça) dia após dia, em suma, porque problemas sociais ainda são tratados a partir da lógica do sistema penal.

Por fim, não menos importante e ainda mais utópico, é preciso que se continue desconstruir e destruir os estereótipos de gênero até que a sociedade seja verdadeiramente livre para todas as mulheres. Nesse sentido, é importante apontar novamente que, ao reconhecer questões emblemáticas envolvidas na entrada de mulheres no tráfico de drogas, não se quer significar que essas mulheres são meras vítimas – reafirmando o estereótipo da passividade – indefesas de homens ou da sociedade. Reconhece-se que, em verdade, a inserção no crime faz parte de um repertório – limitado ou muito limitado – de escolhas que elas fazem para resistir à pobreza e à opressão do sistema em que vivemos. Assim, o fim não é retirar todo e qualquer poder de agência que elas possuem sobre suas próprias vidas, mas perceber que diversos fatores de gênero, raça e classe, são determinantes para essas decisões e quanto maior a opressão a qual estão submetidas, mais viciadas essas escolhas serão.

O direito à dignidade das mulheres presas e tantos outros direitos das mulheres, como ao aborto, à equânime representação política, à igualdade salarial e de oportunidades, a não objetificação de seus corpos, ao fim do assédio em espaços públicos e privados, apesar de ainda negligenciados, estão calcados em séculos de lutas e possuem, sim, a força necessária para continuar transformando toda sociedade, acabando com o androcentrismo desde as economias simbólicas de poder até as práticas de opressão mais concretas.

Podes cortar todas as flores, mas não podes impedir a primavera de aparecer (Pablo Neruda).

Hoje o Brasil encontra a primavera. Como resposta à tentativa de diminuição de nossos direitos, amanheceu a Primavera das Mulheres, frente ao aumento de 54% de negras assassinadas em 10 anos, raiou a Primavera das Mulheres Negras. Milhares de flores foram cortadas ao longo de toda a história, mas a primavera sempre vem com toda a sua força e poder de renovação.



## ANEXOS

## Anexo 1:

**TABELA 1.** Distribuição percentual do que motivou a abordagem policial quando os acusados eram homens

Averiguar outro crime	5
Denúncia	24
Investigação	4
Patrulhamento	68
Revista na penitenciária	0
<b>Total</b>	<b>100</b>

**Fonte:** Dados da pesquisa **Prisão Provisória e Lei de Drogas (NEV-USP)**, 2011

Nota: % calculada sobre o total de homens

## Anexo 2:

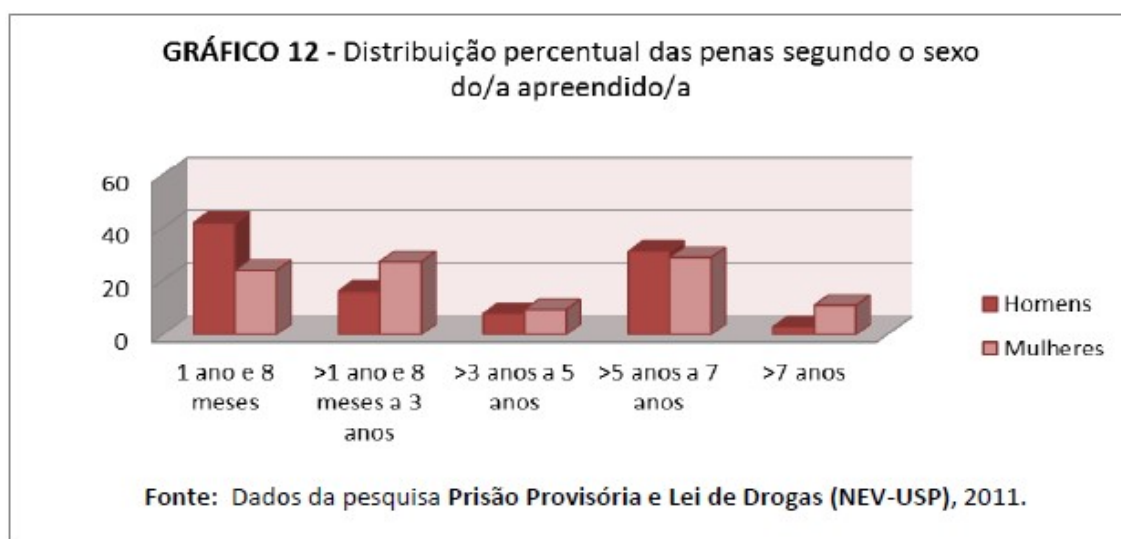
**TABELA 2.** Distribuição percentual do que motivou a abordagem policial quando os acusados eram mulheres

Averiguar outro crime	3
Denúncia	36
Investigação	6
Patrulhamento	45
Revista na penitenciária	11
<b>Total</b>	<b>100</b>

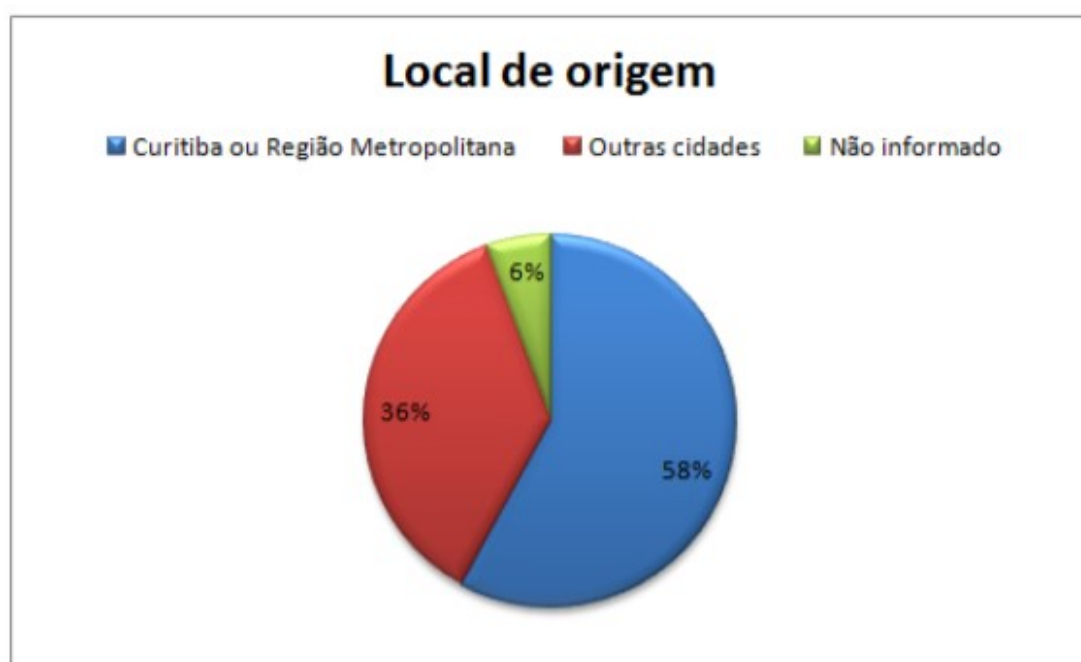
**Fonte:** Dados da pesquisa **Prisão Provisória e Lei de Drogas (NEV-USP)**, 2011

Nota: % calculada sobre o total de mulheres

## Anexo 3:

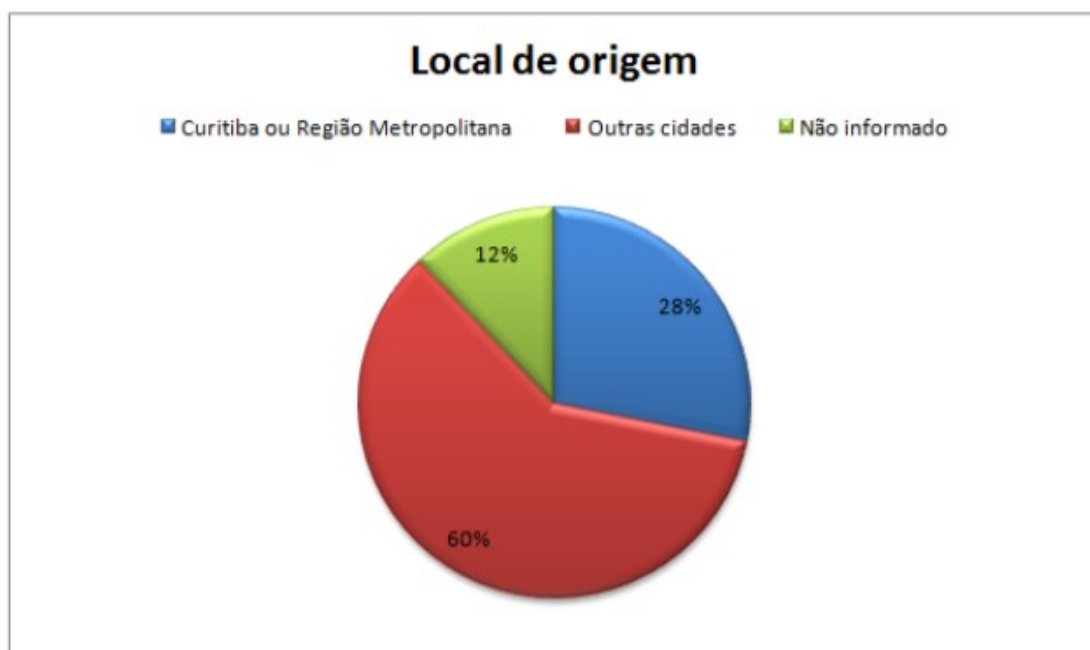


## Anexo 4:



Levantamento realizado em Julho de 2014 em que foram entrevistadas 224 mulheres.

## Anexo 5:



Levantamento realizado em Julho de 2014 em que foram entrevistadas 224 mulheres.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS, CAPÍTULOS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS

ALMEIDA, R. O. *Mulheres que matam*: Universo imaginário do crime no feminino. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

ANDRADE, Vera Regina P. de. *Pelas mãos da criminologia*: O controle penal para além da (des)ilusão. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2012.

ANTONY, Carmen. *Mujeres invisibles*: las cárceles femeninas en América Latina. Nueva Sociedad, n. 208, mar./abr. 2007. Disponível em: <[http://www.nuso.org/upload/articulos/3418\\_1.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3418_1.pdf)>. Acesso em: 12/09/2015.

ARBEX JR., José; TOGNOLLI, Cláudio Júlio. O século do crime. São Paulo: Boitempo Editorial, 1996.

ARGUELLO, Katie; MURARO, Mariel. *Las mujeres encarceladas por tráfico de drogas em Brasil*: Las muchas caras de la violencia contra las mujeres. Instituto Internacional de Sociología Jurídica de Oñati. v. 5, n. 2, 2015 – Violencia de gênero: intersecciones.

ATAL, Juan Pablo; et al. *New century, old disparities*: Gender and ethnic wage gaps in Latin America. Inter-American Development Bank. IBD Working Paper Series n. 109. Disponível em: <http://goo.gl/WI9Zm2>. Acesso em: 10/09/2015.

BARATTA, Alessandro. *Criminologia crítica e crítica do direito penal*. 3. ed. Trad. Juarez Cirino dos Santos. Rio de Janeiro: Revan; ICC.

\_\_\_\_\_. “O paradigma do gênero: da questão criminal à questão humana”. In: CAMPOS, Carmen Hein de (Coord.). *Criminologia e feminismo*. Porto Alegre: Sulina, 1999.

BATISTA, Nilo. “Política criminal com derramamento de sangue”. In.: Revista Brasileira de Ciências Criminais. n. 20. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

\_\_\_\_\_. *Punidos e mal pagos: violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje*. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

BATISTA, Vera Malaguti. *Introdução crítica à criminologia brasileira*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2011.

\_\_\_\_\_. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. No.2, julho/dezembro 2009, p. 23.

\_\_\_\_\_. *Criminologia e política criminal*. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica, Rio de Janeiro: vol. 1. n.2, julho/dezembro 2009.

\_\_\_\_\_. *Díficeis ganhos fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro*: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_; LOPES, Lucília Elias. (org) *Atendendo na guerra: dilemas médicos e jurídicos sobre o crack*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2014.

BEAUVOIR, SIMONE. *The second sex*. Trad. Constance Borde e Sheila Malovany-Chevallier. Nova York: 2010 [escrito em 1949].

BELLE, F. *Executivas: Quais as diferenças na diferença?* In: CHANLAT, J-F. O Indivíduo nas Organizações – dimensões esquecidas. Volume II. São Paulo: Atlas, 1993.

BENDLIN, Inaê de Melo; et al. “Opressão e transgressão: o paradoxo da atuação feminina no tráfico de drogas”. Priscilla Plachá Sá (org.). *Dossiê: as mulheres e o sistema penal*. Curitiba: OABPR, 2015, p. 150 – 171. Disponível em: <http://goo.gl/06hDM9>. Acesso em: 11/05/2015.

BERGALLI, Roberto et al. (org.) *O pensamento criminológico II: Estado e controle*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2015.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2014.

BORDO, Susan. *The flight to objectivity: essays on cartesianism and culture*. Albany, Suny, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina: A condição feminina e a violência simbólica*. 2. ed. Trad. Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bestbolso, 2014.

BURAWOY, Michael. *O marxismo encontra Bourdieu*. Trad. Ruy Gomes Braga Neto. Campinas: Unicamp, 2010.

BUTLER, Judith. *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge Press, 1999.

CARVALHO, Denise; JESUS, Maria Gorete Marques de. Mulheres e o tráfico de drogas: um retrato das ocorrências de flagrante na cidade de São Paulo. Revista do Laboratório de Estudos de Violência da UNESP/Marília. 9. ed. Maio, 2012.

CARVALHO, Salo de. *A política criminal de drogas no Brasil: do discurso oficial às razões de descriminalização*. Rio de Janeiro: Luam.

CASTRO, Lola Aniyar de. *Criminologia da Libertação*. Rio de Janeiro: Renavan: Instituto Carioca de Criminologia, 2005.

CUNHA, Manuela Ivone P. P. da. "A reclusão segundo o gênero: Os estudos prisionais, a reclusão de mulheres e a variação dos contextos da identidade", in *Educar o Outro: As Questões de Gênero, dos Direitos Humanos e da Educação nas Prisões Portuguesas*, Coimbra, Publicações Humanas: p.81. Disponível em: <http://migre.me/sbr1Q>. Acesso em: 10/09/2015.

\_\_\_\_\_. "Gendered knowledge, gendered prisons, gendered identities: Women's imprisonment and the shifting relevance of gender. In: *Género y sistema penal: Una perspectiva internacional*. SKULJ, Agustina (coord.). Universidade de Coruña: Granada, 2010, p. 113 -118.

D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. 3. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

DINIZ, Debora. *Cadeia: Relatos sobre mulheres*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FREITAS, Ricardo de Brito A. P. "O estatuto teórico da Política Criminal". In: FOPPEL, Gamil (coord.). *Novos desafios do direito penal no terceiro milênio: estudos*

em homenagem ao Prof. Fernando Santana. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 801-822.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. Tradução: Fátima Murad. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 604, set./dez. 2007. Disponível em: <http://goo.gl/TcLMwn>. Acesso em: 10/09/2015.

KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. *O martelo das feiticeiras*. Trad. Paulo Fróes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1991 [escrito em 1484].

LARRAURI, Elena. *Mujeres y sistema penal: violencia doméstica*. Montevideo, Uruguai / Buenos Aires, Argentina: Editorial B de F, 2008.

LOMBROSO, Cesar; FERRERO, William. *The Female Offender*. Colorado: Fred B. Rothman & Co, 1980.

MARX, Karl. O capital: Crítica da econômica política. Tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, p. 28-50.

MENDES, Soraia da Rosa. *(Re)pensando a criminologia: reflexões sobre um novo paradigma desde a epistemologia feminista*. Tese de doutorado em Direito, Estado e Constituição. Brasília, UNB, 2012.

\_\_\_\_\_. *Criminologia Feminista: Novos paradigmas*. São Paulo: Saraiva, 2014.

MOLINÉ, José Cid; PIJOAN, Elena Larrauri. *Teorías Criminológicas*. Barcelona: Bosch.

OLMO, Rosa del. *A face oculta da droga*. Trad. Teresa Ottoni. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

\_\_\_\_\_. *Geopolítica de las drogas*, 1990. Apud: D'ELIA FILHO, Orlando Zaccone. *Acionistas do nada: quem são os traficantes de droga*. Ed. 3. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

PAVARINI, Massimo. *Control y dominación: teorías criminológicas burguesas y proyecto hegemónico*. México: Siglo Veintiuno Editores, 1982.

PIZÁN, Cristina de. *La ciudad de las damas*. 2. Ed. Madri, Siruela, 2000 [1405].

QUEIROZ, Nana. *Presos que menstruam: A brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras*. Rio de Janeiro: Record, 2015.

RAMOS, Luciana de Souza. “Por amor ou pela dor? Um olhar feminista sobre o encarceramento de mulheres por tráfico de drogas”. Dissertação de Mestrado defendida em 2012 na UNB. Disponível em: <http://goo.gl/xLoeWC>. Acesso em: 04/08/2015.

RUSCHE, Georg; KIRCHHEIMER, Otto. *Punição e estrutura social*. Rio de Janeiro: Revan; ICC, 2008.

SILVA, Denival F. da; BIZZOTTO, Alexandre (org.) *Sistema punitivo: Custos e lucros, qual a dimensão da criminalidade?* Goiânia: Kelps, 2013.

SOUZA, Kátia O. J. de. *A pouca visibilidade da mulher brasileira no tráfico de drogas*. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 14, n. 4, p. 649-657, out./dez. 2009, p. 653. Disponível em: <http://goo.gl/t6svC9>. Acesso em: 04/08/2015.

THOMPSON, Augusto. *Quem são os criminosos? O crime e o criminoso: entes políticos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.

ZAFFARONI, E. Raúl. *A mulher e o poder punitivo*. In: CLADEM. Mulheres: vigiadas e castigadas. São Paulo, 1995.

\_\_\_\_\_. “Crime organizado: uma categorização frustrada”. In: *Discursos sediciosos: Crime, direito e sociedade*. Nº 1. Rio de Janeiro: Relume- Dumará, 1996.

\_\_\_\_\_. *O inimigo no direito penal*. 1940. Trad. Sérgio Lamarão. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

## OBRAS LITERÁRIAS E CINEMATOGRAFICAS

MARCIA TIBURI no Entre o Céu e a Terra. TV Brasil. Publicado em 16/10/2014. Disponível em <https://goo.gl/4YFrds>. Acesso em: 04/06/2015.

O CÁRCERE e a rua. Direção: Liliana Sulzbach. Fotografia: Sadil Breda. 80 min. Disponível em: <https://goo.gl/dlj14I>. Acesso em: 28/08/2015.



## NOTÍCIAS E TEXTOS VIRTUAIS

BACELAR, Carina. *Juíza nega mais ginecologistas para presas e gera polêmica no Rio*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. Publicado em: 08/10/2015. Disponível em: <http://goo.gl/a1cVAh>. Acesso em: 12/09/2015.

BARBOSA, M. et al. Mulheres e patriarcado: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano. XXXV Encontro da ANPAD. Rio de Janeiro, p. 6. Disponível em: <http://goo.gl/OfDrB8>. Acesso em: 01/08/2015.

BRASIL, Felipe Moura. O horror, Maria do Rosário! Menores estupram, cortam, furam e jogam de penhasco quatro adolescentes. Veja Abril. Acesso em <http://migre.me/qYqko>. Acesso em: 29/06/2015.

CAMPANHA, Diógenes. ““Mataram a mulher” diz morador após espancamento no Guarujá; veja o vídeo”. *Folha de São Paulo*. Publicado em 05/05/2014. Disponível em <http://goo.gl/sWIdJd>. Acesso em: 12/05/2015.

COMO é a vida nas prisões femininas no Brasil. Diário do Centro do Mundo. Publicado em 07/08/2013. Disponível em: <http://goo.gl/bV4nfV>. Acesso em: 12/09/2015.

CONHEÇA o dia a dia das meninas infratoras no Brasil. Revista Exame. Publicado em: 28/05/2015. Disponível em: <http://goo.gl/zxOuNw>. Acesso em: 12/09/2015.

COSTA, Sylvio. Segundo Ministério da Justiça, menores cometem menos de 1% dos crimes no país. Congresso em Foco. Acesso em <http://migre.me/qYqn6>. Acesso em: 12/09/2015.

LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla – parte I*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em: 29/07/15. Disponível em: <http://goo.gl/XGTQFK>. Acesso em: 12/09/2015.

LIMA, Raquel da Cruz. *Mulheres e tráfico de drogas: Uma sentença tripla – parte II*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em 12/08/2015. Disponível em: <http://zip.net/bxr7Nx>. Acesso em: 12/09/2015.

PADOVANI, Natália Corazza. *Sobre o mofado miolo de pão: carta a uma aluna*. Universidade Livre Feminista. Publicado em: 19/08/15. Disponível em: <http://feminismo.org.br/18963/>. Acesso em: 05/09/2015.

RAGO, Margareth. *Epistemologia feminista, gênero e história*. Departamento de História da Unicamp. Disponível em <http://goo.gl/QAmbb7>. Acesso em: 22/06/2015.

PEDRINHA, Débora Duboc. Notas sobre a política de drogas no Brasil: elementos para uma reflexão crítica. XVII Encontro Preparatório para o CONPEDI. Salvador: 2008. Disponível em: <http://zip.net/brp0r5>. Acesso em: 20/10/2014.

PENITENCIÁRIAS são feitas por homens para homens. Carcerária. Relatório de mulheres presas. Disponível em: <http://goo.gl/GhxQyZ>. Acesso em: 23/07/2015.

RELATÓRIO sobre mulheres encarceradas no Brasil. ASBRAD. Publicação: fevereiro de 2007. Disponível em: <http://goo.gl/YelzL1>. Acesso em: 23/07/2015.

RIBEIRO, Silvana Mota. *Ser Eva e dever ser Maria: paradigmas do feminino no cristianismo*. Comunicação apresentada ao IV Congresso Português de Sociologia, Universidade de Coimbra. Disponível em <https://goo.gl/WFvg3r>. Acesso em: 10/05/2015.

SOUZA, Lais Luz de. *As consequências do discurso punitivo contra as mulheres "mulas" do tráfico internacional de drogas: ideias para a reformulação da política de enfrentamento às drogas no Brasil*. Instituto Terra, Trabalho e Cidadania. São Paulo. Publicado em dezembro de 2013. Disponível em: <http://goo.gl/m9gSIH>. Acesso em: 10/07/2015.

YOUNGERS, Colleta A. *Por trás do aumento assombroso de prisões femininas na América Latina*. Trad. Ítalo Piva. Revista Fórum. Publicado em 16/01/2014. Disponível em: <http://migre.me/qYnWo>. Acesso em: 02/06/2015.

#### DECLARAÇÕES DE DIREITOS E NORMAS EM GERAL

BRASIL. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias—Infopen. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://zip.net/bvr6Th>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – Infopen Mulheres. Brasília, DF, 2015. Disponível em: <http://goo.gl/4TqSCV>.

\_\_\_\_\_. Ministério da Justiça. Pesquisa Enafron: Diagnóstico sobre tráfico de pessoas nas áreas de fronteira. 2013. Disponível em: <http://migre.me/sbUiC>. Acesso em: 12/07/2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

ONU. *Regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas não privativas de liberdade para mulheres infratoras (Regras de Bangkok)*. 2010. Disponível em: <http://goo.gl/1j1w2j>. Acesso em: 05/07/2015.